



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
CURSO PEDAGOGIA

ALINE JOICE TEIXEIRA DA SILVA
MARÍLIA DE ARAÚJO SOARES SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Delmiro Gouveia/AL

2023

ALINE JOICE TEIXEIRA DA SILVA
MARÍLIA DE ARAÚJO SOARES SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereira.

Delmiro Gouveia/AL

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586e Silva, Aline Joice Teixeira da

Educação de jovens e adultos no município de Delmiro Gouveia:
uma revisão sistemática da literatura / Aline Joice Teixeira da Silva ;
Marília de Araújo Soares Silva. - 2024.

68 f. : il.

Orientação: Rodrigo Pereira.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2024.

1. Educação de Jovens e Adultos – EJA. 2. Ensino e aprendizagem. 3. Concepções pedagógicas. 4. Políticas públicas. 5. Delmiro Gouveia – Alagoas. I. Silva, Marília de Araújo Soares, II. Pereira, Rodrigo. III. Título.

CDU: 37.018.4

Folha de Aprovação

ALINE JOICE TEIXEIRA DA SILVA
MARÍLIA DE ARAÚJO SOARES SILVA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 30 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO PEREIRA**
Data: 27/09/2024 00:40:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador(a) – Prof. Dr. Rodrigo Pereira

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CARLA TACIANE FIGUEIREDO**
Data: 27/09/2024 22:48:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Interna - Profa. Dra. Carla Taciane Figueiredo, UFAL

Examinador Interno - Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho, UFAL

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa a culminação de uma jornada acadêmica repleta de desafios, aprendizagens e conquistas, e, por isso, gostaríamos de expressar a nossa profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para essa trajetória.

A Deus e a Nossa Senhora, pela força, saúde e perseverança que nos permitiram chegar até aqui, superando cada obstáculo com fé e esperança.

À nossa família, que sempre acreditou e nos apoiou incondicionalmente em todos os momentos, oferecendo amor, compreensão e incentivo. Em especial, dedicamos este trabalho aos nossos pais, cujo exemplo de vida nos inspira diariamente.

Ao nosso orientador, o professor Dr. Rodrigo Pereira, expressamos o nosso sincero agradecimento pela paciência, dedicação e orientação criteriosa ao longo de todo o processo de desenvolvimento deste TCC. Suas valiosas contribuições foram fundamentais para a construção deste trabalho, e suas palavras de incentivo nos motivaram a buscar sempre o melhor.

Aos professores e professoras do curso de Pedagogia, que ao longo desses anos compartilharam seus conhecimentos e nos proporcionaram uma base sólida e reflexiva para a prática pedagógica. Suas aulas e experiências enriquecedoras foram essenciais para nossa formação.

Às amigas construídas durante os anos, o companheirismo e as trocas de experiências fizeram dessa caminhada algo mais leve e significativo. Cada um de vocês contribuiu para que esse percurso fosse especial, e guardaremos com carinho as memórias que construímos com Jamilly, Jardel, Helder, Ellen, Letícia e Myllena.

Às instituições de ensino que abriram suas portas para as práticas e pesquisas realizadas durante minha formação, possibilitando uma vivência enriquecedora que foi fundamental para a compreensão da realidade educacional.

Por fim, agradecemos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho. Cada palavra de apoio, cada gesto de amizade e cada lição aprendida ao longo dessa jornada foram imprescindíveis para a conclusão desta etapa.

RESUMO

O presente trabalho surgiu a partir do conhecimento da grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas Campus-Sertão que apresenta uma passagem superficial sobre a temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escolha dessa modalidade foi motivada pelo desejo de conhecer as vivências de alguns alunos integrantes da EJA, que reafirmaram o valor da EJA em sua trajetória de vida, tornando esse o motivo inicial para construção desse estudo. O desenvolvimento deste trabalho foi definido com o objetivo de analisar o percurso histórico, documental e de políticas públicas da EJA no Brasil, no Estado de Alagoas e em Delmiro Gouveia, especificamente no período de 2018 a 2023. Desse modo, foi escolhida uma metodologia de Revisão Sistemática de Literatura, na busca de produções científicas locais que revelassem o funcionamento da EJA no Município. Dentro do que foi apresentado neste trabalho, compreende-se que é nessa esfera que a ideia da EJA atende seu propósito interventor, uma vez que alcança as camadas populares na busca de torná-las parte ativa do meio social. Contudo, mesmo de todos os respaldos históricos, legislativos e teóricos, ainda ficou em aberto como tem se constituído as práticas educativas na modalidade dentro do município de Delmiro Gouveia – AL. Dessa forma, o trabalho atingiu parcialmente seus objetivos, pois apesar de encontrar estudos com variedade de conteúdos, ainda assim não contemplam todo o corpo educacional da cidade. O detalhamento exposto pelos autores consegue explicar necessidades que precisam ser atendidas, dificuldades que necessitam de resoluções práticas cotidianas, documentais, políticas e de formação dos professores. Tal escassez também serve de alerta para a modalidade EJA na região, que demonstra a necessidade de ser vista e deve ser reconhecida sua importância pela comunidade civil, acadêmica e profissional. No todo, a análise conseguiu verificar que os agentes integrantes da modalidade EJA, apesar de todos os empecilhos, conseguem fazer diferenças nas vidas dos indivíduos participantes, trazendo esperança, realizações, novos desejos, melhora na autoestima, não apenas dos alunos, mas também dos professores. O que fortalece os princípios idealizados por Freire pautados na liberdade e na troca de saberes e conhecimentos, através de um ensino e aprendizagem mais significativos.

Palavras-chave: Concepções Pedagógicas; Delmiro Gouveia; Educação de Jovens e Adultos; EJA.

ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

The present work arose from knowledge of the curriculum of the Pedagogy course at the Federal University of Alagoas Campus-Sertão, which presents a superficial passage on the theme of Youth and Adult Education (EJA), and goes beyond the recognition of the historiographical value, reaching the school training institution where this author's supervised internship III took place, who chose this modality out of the desire to experience the experiences of some students who are members of EJA, who reaffirmed the value of EJA in her life trajectory, becoming This was the initial reason for constructing this study. The development of this work was defined with the objective of analyzing the application of the EJA modality in the City of Delmiro Gouveia – AL, in addition to analyzing the historical, documentary and public policy trajectory of EJA in Brazil, in the State of Alagoas and in Delmiro Gouveia, from 2018 to 2023. Therefore, a Systematic Literature Review methodology was chosen, in the search for local scientific productions that revealed the functioning of EJA in DM. Within what was presented in this work, it is understood that it is in this sphere that the idea of EJA meets its intervention purpose, as it reaches the popular classes in the search to make them part of the social environment. However, despite all the historical, legislative and theoretical support, it is still open how educational practices have been constituted in this modality within the Municipality of Delmiro Gouveia – AL. In this way, the work partially achieved its objectives, because despite finding studies with a variety of content, they still do not cover the entire DM educational body. However, the details exposed by the authors manage to explain needs that need to be met, difficulties that require daily practical, documentary, political and teacher training resolutions. This scarcity also serves as a warning for the EJA modality in the region, which demonstrates the need to be seen and its importance must be recognized by the civil, academic and professional community. Overall, the analysis was able to verify that the agents involved in the EJA modality, despite all the obstacles, manage to make differences in the lives of the participating individuals, bringing hope, achievements, new desires, improved self-esteem, not only to the students, but also to the teachers. This strengthens the principles idealized by Freire based on freedom and the exchange of knowledge, through more meaningful teaching and learning.

Keywords: Pedagogical Conceptions; Delmiro Gouveia; Youth and Adult Education; EJA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Cruzada Ação Básica Cristã
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEDU	Centro de Educação
Cenpec	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CP	Currículo Pedagógico
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EPT	A Educação Profissional e Tecnológica
FAEJA	Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adultos
FADEI	Fórum Alagoano em Defesa da Educação Infantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Iede	Indicador de Permanência Escolar pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola

PEE	Plano Estadual de Educação
PEEE/AL	Plano Estadual de Educação de Alagoas
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLDEJA	Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos
PNLDEJA	Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos
PROMUAL	Programa de Assessoramento Técnico - Pedagógico aos Municípios Alagoanos
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEE	Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e da Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Maceió
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINTEAL	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
UCLA	<i>University of California, Los Angeles</i>
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS E FLUXOGRAMA

Tabela 1: Estudos na temática da EJA relacionado ao município de Delmiro Gouveia/AL.....	29
Tabela 2: Estudos temáticos com a EJA no município de Delmiro Gouveia, sem acesso na íntegra	32
Tabela 3: Plano de aula proposto para turma EJA da escola Virgília Bezerra de Lima em 2019	38
Fluxograma 1: Processo de seleção dos artigos.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	4
2.1 Momentos complexos: os impactos da década de 1930 na trajetória da EJA até a atualidade.....	6
2.2 As Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos.....	10
2.3 Perfil do aluno da EJA.....	15
3 AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NA EJA	17
3.1 Alternativas Metodológicas para a EJA	20
3.2 Método Freiriano na Alfabetização de adultos	25
4 METODOLOGIA	27
5 RESULTADOS	29
5.1 A Educação de Jovens e Adultos em Delmiro Gouveia - AL	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Apesar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ser um produto direcionado a um público com uma trajetória marcada de desigualdades, a EJA caracteriza-se por políticas sociais compensatórias, fazendo com que fosse implementada sem uniformidade nos mais diversos espaços em que se apresenta. É ainda uma modalidade de ensino incompreendida no âmbito escolar e social, sendo por vezes marginalizada. Ainda assim consegue contribuir positivamente na vida dos indivíduos que dela participam, devido ao árduo trabalho na busca de compreender e suprir as necessidades de seus alunos através de práticas equitativas (Guimarães, Pereira e Ribeiro, 2023).

A partir desse recorte social, esse estudo inicia na matriz curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - Campus Sertão - o qual apresenta uma passagem superficial sobre a temática em apenas uma única disciplina ofertada no último período, sendo esta a primeira inquietação.

Seguindo até a instituição de formação escolar em que ocorreu o estágio supervisionado III, optamos pela modalidade de ensino EJA com o intuito de experienciar o cotidiano escolar, bem como, conhecer o chão da sala de aula através da trajetória dos alunos.

Diante das vivências obtidas no estágio e ao deslumbre sobre as trajetórias dos estudantes, tornou-se o motivo para a construção desse estudo

Na oportunidade de aproximação com a Educação de Jovens e Adultos através da experiência formativa, confirmamos a importância e necessária visibilidade dessa modalidade não apenas dentro do curso de Pedagogia, mas no processo educativo das pessoas que, por alguma razão, durante as suas vidas, não acessaram o espaço formal de educação.

Sabendo que o curso de Pedagogia, em sua essência, prevê para além da formação e capacitação profissional de professores, experiências educacionais extraclasse aos discentes e que essas, por sua vez, proporcionam conscientização e criticidade sobre a área de modo multifacetado. É esperado então que o estudante seja preparado academicamente para atuar em instituições de ensino (ou não) dentro da vasta diversidade de oportunidades, as quais podem se referir à docência e/ou gestão escolar, bem como exercer papéis fora do contexto da escola, como por exemplo a área clínica¹.

¹ A prática pedagógica em ambiente hospitalar é protegida pela Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 9.394/86 (Diretrizes e Base da Educação); Decreto lei nº 1044/69, artigo 1º, que dispõe sobre tratamento excepcional para alunos portadores de afecção; Resolução nº 41/95 (Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente); Resolução nº 02/01 – CNE/CEB (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica), Deliberação nº 02/03 CEEC (Normas para Educação Especial); Documento intitulado classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações,

Nesse sentido, para suprir a necessidade de diálogo e compreensão sobre a atuação nas etapas da educação, bem como seu papel enquanto futuro profissional da educação, são oferecidos programas, eventos, congressos, rodas de conversa e estágios, como forma de apoio e incentivo à preparação dos discentes. Entretanto, não houve eventos extracurriculares ou cursos complementares proporcionados pela coordenação do curso de Pedagogia do Campus Sertão, sobre a EJA durante o período de graduação destas autoras enquanto discentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), durante o período de 2018 a 2022. Sendo assim, esse fato observado nos chamou atenção e fez com que pudéssemos refletir sobre o desejo de escolhermos estagiar na modalidade EJA.

Logo, é perceptível a necessidade de que cada estudante encontre no decorrer da sua caminhada dentro da Universidade uma área a qual se identifique – ou que tenha mais acesso a informações. Nesse sentido, a maioria do alunado do curso de Pedagogia caminha em direção à Educação Infantil, isso ocorre devido ao quantitativo de disciplinas que contemplam esse nível de ensino, e que acaba “empurrando” os discentes a pensar que a atuação do pedagogo é direcionada de maneira integral para crianças. Mas e a Educação de Jovens e Adultos, onde fica?

Levando em consideração a indagação acima, ao analisar na perspectiva das graduandas, a grade curricular do curso de Pedagogia da Ufal – Campus Sertão e perceber que diante do vasto quantitativo de disciplinas que possibilitam compreensão acerca de diversos temas educacionais, podemos observar que existe apenas uma disciplina que trata sobre a EJA de maneira mais direcionada, a qual é ofertada somente no último semestre do curso, o que infelizmente não permite aproximação antecipada dos alunos sobre a temática no decorrer da graduação.

Tendo a EJA como uma decisão maturada durante o curso das disciplinas do oitavo período, foi a partir das inquietações com a escassez do debate acerca da modalidade e após a experiência de estágio, que adentramos na busca de conhecer mais a fundo as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas que tinham em seus programas educacionais a modalidade EJA na Cidade de Delmiro Gouveia. Diante da dificuldade logística inicial encontrada para realizar um estudo de campo, notou-se também uma escassez documental e dificuldade de acesso sobre aspectos oficiais da EJA neste município. Essas dificuldades contribuíram na formação de questionamentos iniciais que levaram ao estudo atual, sendo elas: Como são desenvolvidas as práticas pedagógicas na EJA em Delmiro Gouveia? Quais

são os índices de idade, sexo, raça, desenvolvimento, evasão escolar, de matrícula, entre outros, da EJA? Como os professores da modalidade EJA trabalham nas redes educacionais de ensino da cidade? Questionamentos que instigaram a busca por tais informações e que levou para a questão geral deste estudo: Qual é a Educação de Jovens e Adultos no Município de Delmiro Gouveia?

A caminhada do pedagogo é diversa e nem sempre tende a suprir apenas a Educação Infantil, mas, outras etapas e modalidades de ensino. E é pensando nisso que surgiram mais algumas inquietações: será que estamos preparados para sermos profissionais além da Educação Infantil? Qual é a concepção sobre alfabetizar adultos? Como identificar o grau de importância da modalidade EJA, a qual não há incentivo crítico-pedagógico em compreender? Se estamos em um curso que precisa lidar não apenas com o público infantil, mas com adultos também, qual o motivo de não ser obrigatório o estágio na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos?

Todas essas inquietações são frutos da curta vivência durante o terceiro estágio supervisionado que permitiu refletir sobre como a EJA é compreendida socialmente dentro e fora da Universidade durante o período de formação, devido às poucas referências de estudos e experiências dentro dessa modalidade, logo, foi constatado que muitos colegas de turma não escolheram a EJA para realizar estágio (tendo em vista que é opcional a escolha), acendeu-se uma preocupação quanto a essa situação, pois o que será de um profissional da educação que não tem noção da realidade da EJA – a qual demanda de cuidado, atenção e sobretudo compreensão. Nesse sentido, procurando compreender sobre o papel da escola e do docente que atua na modalidade de ensino EJA, para isso, nos apegamos ao período de observação do estágio supervisionado que nos permitiu compreender sobre o desafio de ensinar jovens e adultos.

Sendo assim, para o desenvolvimento deste estudo foi definido com o objetivo específico: analisar as contribuições teóricas e práticas de produções acadêmicas para o desenvolvimento da EJA em Delmiro Gouveia, como objetivo geral analisar documentos educacionais referentes à EJA, destacando sua evolução histórica e impacto na formação de jovens e adultos. Desse modo, foi escolhida uma metodologia de Revisão Sistemática de Literatura, na busca de produções científicas locais que revelassem o funcionamento da EJA no município de Delmiro Gouveia. Para isso, o presente estudo tem natureza qualitativa, utilizando métodos caracterizados como: bibliográfico, investigativo, analítico e descritivo.

O presente estudo foi dividido em quatro capítulos, em que o primeiro corresponde ao percurso teórico-histórico e documental da Educação de Jovens e Adultos no Brasil até os

dias atuais. No segundo capítulo, tratamos sobre as concepções pedagógicas na EJA. No terceiro encontra-se exposta a estrutura metodológica utilizada. No último capítulo encontram-se os resultados dos materiais selecionados para este estudo. Por fim, estão postas as considerações finais e conclusões sobre todo conteúdo exposto, ressaltando a importância deste estudo para o conhecimento acadêmico e profissional dos estudantes e professores que atuam na região.

2 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Na perspectiva de compreender os caminhos que já foram percorridos por nossos antecessores, tanto no aprendizado teórico, quanto na prática profissional, visando uma maneira mais satisfatória para o coletivo atuante e aos futuros professores que irão fazer parte de um movimento que revolucionou e transformou vidas, iniciamos com um levantamento historiográfico da trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, cuja a trajetória possui marcos cheios de transformações que estão diretamente ligados às questões sociais, políticas, econômicas, culturais e geográficas.

Ao iniciar essa busca, percebemos o quanto é necessário o aprofundamento e reflexão sobre esse campo. Nesse contexto, trouxemos para a discussão momentos que marcaram e que constituem a EJA no país. Como por exemplo: questões advindas do Estado, fatores econômicos, ideológicos, políticos, movimentos sociais e de instituições não governamentais, as origens, os fatos ocorridos na década de 1930, o perfil do egresso na atualidade, a atual estrutura, suas diretrizes, e, em particular, como é situado a EJA no estado de Alagoas e no município de Delmiro Gouveia.

A perspectiva de educar jovens e adultos no Brasil está presente desde o início da colonização. Teve início por meio dos Jesuítas que tinham suas atenções voltadas a catequizar crianças e adultos indígenas como meio de uma ação cultural e educacional, a propagação da fé católica e os fundamentos educacionais europeus. No entanto, com a chegada da família Real portuguesa e posteriormente a expulsão dos Jesuítas em 1759, o processo de educar adultos perde forças, devido a educação ter se tornado responsabilidade exclusiva do Império, que não projetava nenhum tipo de assistencialismo educacional, já que na época não se considerava algo prudente e necessário ao povo, mas apenas como item de exclusividade elitista (Strlhow, 2010).

A educação de jovens e adultos, começou efetivamente somente a partir da década de 1930, precisamente em 1934, quando o governo cria o Plano Nacional de Educação que estabelecia ao Estado o dever de ofertar o ensino primário integral, gratuito, com frequência obrigatória e que atendesse também adultos, como um direito constitucional do cidadão (Friedrich et. al, 2010).

Sem intenção de trazer uma reconstituição histórica, tentou-se trazer elementos político-pedagógicos da EJA e as tensões causadas entre diferentes projetos de sociedade e de diferentes idealizações sobre as finalidades da educação. Para iniciar, destaca-se um apontamento de Vasques, dos Anjos e Souza (2019, p. 1) que diz que:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sua história marcada por exclusões e negação de direitos que se assemelham à própria história do povo brasileiro e à conjuntura, ainda experimentada nesse aspecto. A Educação, privilégio da elite, deixava os negros, pobres, deficientes e todos os esquecidos socialmente também excluídos e proscritos do processo de escolarização.

Inicialmente, é preciso situar o Estado como incentivador e financiador por trás das iniciativas da EJA. Contudo, a sociedade civil teve ações indispensáveis, visto que atuou com postura propositiva através de grupos, instituições e associações. Protagonizou criando propostas de inovação por meio de instituições assistencialistas, reafirmando a ideia de que: cada adulto não alfabetizado, no que tange a compreensão de mundo, trata-se de uma criança pura de conceitos.

A história da EJA, assim como a história da construção do Brasil, está marcada diretamente pelas relações de domínio estabelecidas pelas classes elitistas sobre as classes populares. Considerava-se uma concepção de que a elite brasileira possuía “seu lugar no mundo” desde o nascimento. Tal ideia teve sua origem na relação conquistadores e conquistados, em que os alguns grupos como: negros e indígenas ocupavam posições sub-humanas, perdurando ideologias de que a educação para esse povo se trata-se de algo inferior para classes inferiores.

Esse juízo de valor humano, fomentava preconceitos contra o público alvo da EJA, visto que todo aquele que configurava um jovem sem conhecimento e/ou adulto analfabeto, nada mais era do que um “incompetente”. A ideia foi aprofundada em um senso comum para que as pessoas de classes econômicas inferiores acreditassem não serem sujeitas a tomar e exercer seus direitos à educação. Afinal, um povo sem educação, não precisaria se colocar em disputas de competências e capacidades, as quais nunca precisaram antes.

Paulo Freire (1983) pontuou que adultos não alfabetizados, são aqueles cidadãos que ainda estão em estado de opressão em sua própria concepção, servindo de hospedeiro das

vontades do opressor. Freire descreveu essa relação entre opressores e oprimidos como sendo uma relação dialética de interdependência, que sujeita ao oprimido a carregar dentro de si essa cultura perversa da dominação do outro, fazendo com que os sujeitos não consigam identificar as necessidades e de até desejar entender o mundo como de fato funciona e quais as possibilidades que o conhecimento pode o proporcionar.

É possível notar que essa expressão histórica de relação de domínio, ambiguidades e tensões ligadas de forma indiretas e diretas a EJA, estão permeando a atualidade por meio do elemento de supletivo compensatório. Oferece-se o mínimo de educação para as pessoas que não conseguiram acessar seus direitos educacionais antes de atingir a vida adulta, sendo praticada por grande parte das instituições de ensino existentes.

Situação que só acontece, devido a narrativa que coloca a EJA na posição de direito à educação permanente para todos, originado e intensificado na década de 1990, período em que ocorreram as conferências internacionais em Jomtien, no ano de 1990 e em Hamburgo, no ano de 1997. Os eventos reiteraram a importância da EJA em todas as culturas e sociedades do mundo. Implementaram a educação como um direito para todos os povos, visando integrar os cidadãos na sociedade de forma participativa através dos conhecimentos e informações adquiridos.

Essas visões de direito e de suplência à educação permanente, podem ser notadas como antagonistas, visto que carrega o fardo histórico e alguns vícios derivados dele. Toda essa ambiguidade, imprime características reflexivas da sociedade brasileira, pois, ainda que atualmente exista um espaço permissivo para o desenvolvimentos de práticas educacionais contundentes na modalidade, urge a necessidade de reorganizar concepções para a educação daqueles que não tiveram a chance de exercer sua permanência em uma escola.

2.1 Momentos complexos: os impactos da década de 1930 na trajetória da EJA até a atualidade

Para compreender a relação entre Estado e Educação destinada às classes populares, é preciso entender o contexto vivido na década de 1930. A burguesia industrial passou a ser colocada como atuante fundamental do crescimento econômico gerando intensa urbanização. Conseqüentemente houve o aumento de mão de obra que fosse minimamente qualificada para as indústrias, originando o início de movimentos populares em defesa da educação.

Esses movimentos impulsionaram a ampliação de redes escolares, e pressionaram o Governo a atuar em busca de novas diretrizes educacionais que atendessem às necessidades sociais e industriais, empenhando esforços por meio de preceitos constitucionais (Constituição de 1934) de diminuir o analfabetismo adulto.

Mas, ao contrário das perspectivas dos movimentos sociais, a industrialização não atuou com um projeto democrático, visto que impôs suas condições de forma autoritária e com aval do Estado Novo. Nesse momento, surgiu um ordenamento nacional da educação em caráter profissional para a classe trabalhadora oficializada documentalmente pelo governo central, deixando a educação harmonizada com este projeto.

Assim, foram os primeiros documentos oficiais relativos a EJA, como sendo uma resposta às necessidades do mercado capital, dando mão de obra minimamente qualificada para a indústria, diminuindo os índices de analfabetismo e mantendo um novo meio de controle social (Cury, 2000). Ainda nessa época, o país constituiu dois sistemas paralelos de educação, sendo:

[...] um deles conduzindo do ensino primário ao diploma de escolas superiores, através da frequência ao ensino secundário, e um outro que se interrompe nos primeiros degraus de escolaridade. Aquele, desde o início, era entendido como o ensino destinado à preparação das 'elites'; este, por oposição ao primeiro, aparece como educação para o 'povo'. (Beisiegel, 1974, p. 32).

Segundo Beisiegel (1974), essa oferta oficializada de educação destinada a uma parte do povo, se adiantava às reivindicações populares, que eram impulsionadas pelo pensamento liberal e questões econômicas, além de influenciar os processos estrangeiros. Mas também por haver um projeto de Estado que visava desencadear um novo processo civilizador no país, delimitando novamente um lugar para cada classe social que fosse de acordo com as suas novas funções, de atender as necessidades econômicas elitistas escolarizando o povo para servir o capital, trazendo a educação para as classes populares apenas como um processo de transformação de sujeito em elemento de produção. Dessa forma a:

[...] complexa trama entre economia, política e sociedade, o Estado sempre esteve por trás das ações de EJA, principalmente com o lançamento de campanhas e financiamento de projetos desenvolvidos por instituições diversas da sociedade. Essa tem sido a política oficial de educação para os adultos das classes populares, em que podem ser destacados dois momentos. Num primeiro momento, cujo cenário era composto no Brasil pelo fim da ditadura Vargas, o Estado, investido do caráter desenvolvimentista que vinha assumindo o governo federal no campo da educação e da preparação de recursos humanos, toma a frente com iniciativa e verbas e propõe, por exemplo, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, criada em 1947, com apoio da sociedade civil organizada. O aparecimento da UNESCO é um acontecimento representativo daquele contexto histórico, quando se tentava investir em educação, cultura e melhoria da qualidade de vida, em contraposição à imagem hedionda da humanidade mostrada na guerra. A Campanha tinha objetivos amplos,

para além da alfabetização: levar a educação de base a todos os brasileiros nas cidades e nas áreas rurais, além de atuar na capacitação profissional e no desenvolvimento comunitário. Nesse contexto foram criadas também as leis regulamentando a ampliação do ensino primário, inclusive o primário supletivo para adolescentes e adultos, como forma de estender a educação elementar para as populações que não tiveram acesso a ela, mas que não resolveu a universalização do atendimento às classes populares. No final do primeiro governo Vargas, antes da criação dos sistemas de educação, foi criado o Fundo Nacional de Ensino para repasse de verbas aos estados visando o ensino básico primário de crianças e adultos. (Sampaio, 2020, p. 19-20).

Nessa época, as práticas da EJA eram dimensionadas politicamente, “mas de acomodação, de adequação a um projeto social que se estabelecia na linha da manutenção das estruturas, modernizadas pela industrialização e pela urbanização dela decorrente.” (FÁVERO, 2004, p. 22-23). Já em um segundo momento a:

[...] relação entre Estado e sociedade no desenvolvimento da EJA no Brasil se caracteriza pela atuação organizada de movimentos sociais surgidos nos anos 50/60. O longo embate político-ideológico (de 1948 a 1961) em torno da LDB nº 4.024/61 foi campo fértil para o aparecimento de diversos movimentos sociais de cultura e de educação popular que se concretizam no início dos anos 60, consolidando um novo paradigma pedagógico para a EJA, tendo Paulo Freire como figura principal de um movimento que começa a perceber esta modalidade educativa sob o ponto de vista de seu público. Nesse momento, as iniciativas de alfabetização de adultos, o Movimento de Cultura Popular (MCP) da prefeitura do Recife; a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, em Natal; a Campanha de Educação Popular (Ceplar), em João Pessoa; e o Movimento de Educação de Base (MEB), instituído pela CNBB, têm como palavra-chave a conscientização, e são financiadas pelo governo federal e por algumas prefeituras. Fundamentadas no espírito democrático, essas iniciativas pressionaram o governo forçando o estabelecimento de uma organização nacional, para que deixassem de ser pontuais e tivessem uma articulação em todo o país. Elas defendiam a realização de uma Educação de Jovens e Adultos voltada à transformação social e não apenas à adaptação da população ao processo de modernização econômica e social baseado em modelo estrangeiro. (Sampaio, 2020, p. 21).

A EJA nesse período estava remando contra a corrente idealista econômica, por ter conscientemente o entendimento de que a educação seria “um direito a ser concretizado, para que a população considerada analfabeta dele se apropriou se como passo primeiro e fundamental de um processo de libertação, na direção da construção de uma sociedade efetivamente democrática.” (Fávero, 2004, p. 23).

Em 1964, o Brasil iniciava o período de autoritarismo e violência explícita do Estado, o golpe militar; as ações dos movimentos sociais foram substituídas por programas de alfabetização de caráter conservador na intenção de atender os propósitos assistencialistas em procedimentos sociais. Desse modo, o Estado retoma seu papel de propor iniciativas, diante das pressões externas ligadas à economia e ideologias que ligavam a educação apenas como meio de investimento para o desenvolvimento do país.

Surgindo dessas ideias o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em 1968, como mais uma tentativa do governo de lidar com a tensão social gerada pela recorrente negação histórica da educação para as classes mais populares, e como forma de atender as orientações passadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), o que se tornou “o maior movimento de alfabetização de jovens e adultos já realizados no país, com inserção em praticamente todos os municípios brasileiros.” (Fávero, 2004, p.25). com resultados insatisfatórios, o instinto Mobral de 1985 foi substituído em 1990 pela Fundação Educar.

Dentro do cenário legal, mesmo que o Estado tenha em 1940 tornado um empreendimento, a EJA aparece somente de fato em 1971, por meio de lei federal de educação (Brasil, 1996). Segundo Sampaio (2020, p. 22):

Também pela primeira vez aparece em lei a preocupação com a necessidade de qualificação dos profissionais que nela atuam. Em 1988, a pressão popular por educação e escolas melhores e em maior quantidade levou a Constituição Federal a estender o direito à educação básica aos jovens e adultos como um dever do estado, afirmando sua obrigatoriedade e gratuidade. Esses momentos, ou formas de atuação do Estado, ora como financiador de campanhas, ora como financiador de ações dos movimentos sociais e da sociedade civil, se alternam e se misturam até hoje. Nessa história de tensão, percebe-se a atuação das instituições sociais ligadas ao empresariado, como a que promove o projeto objeto de estudo da pesquisa, ao lado do Estado brasileiro e dos sucessivos governos implementadores de políticas educacionais como instituição promotora de ações na área de EJA pautado pelas orientações dos governos e pelas necessidades do mercado que, em geral, impulsionam as políticas públicas.

Nesse contexto, ao analisar o percurso gradativo o qual a EJA foi validada através dos direitos, nota-se que tais garantias ocorrem sempre em última instância. O que, por sua vez, denota sua estrutura residual, tendo em vista as oscilações as quais foi submetida. O combate ao analfabetismo não corresponde a um evento de reconhecimento dos indivíduos como parte social, mas sim de um movimento necessário para suprir a necessidade de interesses industriais.

A postura estatal na década de 1990 revela fragmentos de ações voltadas à modalidade. Visto que o Brasil assumiu um compromisso em conferências internacionais de educação, com a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, em Jomtien, Tailândia, dentre as finalidades destaca-se o de reduzir as taxas de analfabetismo do país. Além dessa conferência, outros eventos importantes aconteceram na mesma década:

[...] Declaração de Jomtien, V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, em 1997, que reiterou a importância e a necessidade da EJA para todos. Foi também a época de início do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação discutindo e defendendo essa mesma ideia. Esses eventos

ajudaram a reacender o debate, e o governo da época respondeu, a partir de 1997, com um Programa que se chamou Alfabetização Solidária e propunha a parceria entre o próprio Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), empresas, universidades e prefeituras. Mais uma vez um chamado à sociedade civil para se engajar na concretização de ações de EJA. O atual governo iniciou sua atuação na área também com o espírito de campanha investindo verbas federais em projetos de alfabetização executados pela iniciativa de diversas organizações, com diferentes propostas pedagógicas e pouco investimento na formação de professoras propondo-se a alfabetizar em poucos meses. Desde 2004 o Governo Federal vem trabalhando com o projeto Brasil Alfabetizado no qual Organizações Não Governamentais e prefeituras podem contratar professoras leigas que recebem uma rápida formação inicial. O aporte de verbas federais para diferentes e pontuais projetos que se propõem a alfabetizar em poucos meses, revela que a antiga visão de campanha ainda fundamenta a ação governamental e vai na contramão das resoluções e tratados assinados nos grandes encontros internacionais e do conceito de alfabetização, defendido pela UNESCO, que pressupõe a continuidade de estudos para dar uma base sólida e funcional para a aprendizagem da leitura e da escrita. (Sampaio, 2020, p. 23).

Logo, podemos observar a importância da Educação de Jovens e Adultos e os esforços governamentais e sociais para promover a alfabetização no Brasil. A partir da Declaração de Jomtien e da V Conferência Internacional de Educação de Adultos em Hamburgo, em 1997, houve um reforço na necessidade de investir na EJA.

Dentre as movimentações realizadas, o Brasil respondeu com o programa Alfabetização Solidária, que buscava parcerias entre o governo e a sociedade civil. Apesar dessas iniciativas, a abordagem continuou sendo tratada como campanhas de curto prazo, o que revela outro problema que perdura até os dias atuais na modalidade: formação de professores. A atuação de professoras leigas, com formação rápida, para tocar um projeto imediatista, contrariava os princípios defendidos pela UNESCO, que propõe uma educação contínua e sólida.

Os avanços eram notados, mas os desafios permaneciam, e a EJA continuava sendo uma necessidade real para aqueles que precisavam ter uma função minimamente qualificada.

2.2 As Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos

As iniciativas governamentais mais incisivas sobre analfabetismo entre adultos no Brasil surgiram nas décadas de 1940 e 1950, quando o mercado econômico junto ao Estado e grupos políticos começaram a entender que o processo educacional era uma ferramenta fundamental para aceleração do crescimento econômico do país e elemento de grande inserção eleitoral, já que o adulto analfabeto não possuía direito ao voto.

Nesse período, configurava-se um cenário em que a educação era exclusiva de classes sociais econômicas mais elevadas², e que apesar de não ser utilizado o conceito de meritocracia, o problema do analfabetismo brasileiro já era considerado como ausência de capacidade ou de falta de vontade do indivíduo. Na busca de solucionar esse problema, a estratégia utilizada foi a introdução do método de ensino profissionalizante³, visando apenas transformar pessoas em objetos de trabalho para o mercado industrial e de volume eleitoral (Brasil, 2006; Ceratti, 2007).

Devido a esse contexto, as políticas públicas de educação voltadas aos jovens e adultos são tão recentes, sendo pouco mais de 50 anos de lutas voltadas para a alfabetização e construção de projetos assinalados por atributos de provisoriedade e descontinuidade. Em 1990 a UNESCO na Conferência Mundial sobre Educação para Todos surgiram as medidas para erradicação do analfabetismo no Brasil, editadas no documento que definiu a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que exigia que o Brasil cumprisse em um prazo de 10 anos a redução do índice de analfabetismo no país em até 50% (UNESCO, 1990). Segundo Ceratti (2007, p. 8):

Percebe-se que os esforços da UNESCO são visíveis no combate ao analfabetismo e nesse sentido em 1997, foi realizada, em Hamburgo, na Alemanha a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA), cujos compromissos firmados foram incorporados em um documento intitulado Agenda para o Futuro que tratam do direito à “educação ao longo da vida”. A V CONFINTEA veio corroborar o texto contido na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), e utiliza uma concepção ampliada de formação de pessoas adultas que compreende uma variada gama de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada passível de ser adquirida ao longo da vida.

Desde os anos 2000 que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA reconheciam que a exclusão social tão latente no país já era acentuada pela defasagem educacional vivenciada por muitos brasileiros, negando-os seus direitos de inclusão e participação no exercício da cidadania, como de integração de uma produtividade mais efetiva e legitimada por suas garantias.

² “A visão romantizada da escola tradicional, com alunos asseados e professores bem-instruídos, não é totalmente falsa. Mas ela retrata apenas uma parte da realidade daquele tempo: a das zonas urbanas nos estados mais ricos. Há um século, 70% da população brasileira vivia no campo. E, no cômputo geral, uma minoria das crianças ia à escola. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/um-pouco-de-historia-como-era-a-educacao-brasileira-ha-100-anos/>

³ A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira teve início em 1909 com as Escolas de Aprendizes Artífices. Já a regulamentação do Ensino Industrial acontece no governo de Getúlio Vargas, em 1942, ano de criação do SENAI, CNI, SESI, SENAI, IEL (2023). Portal da Indústria. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/educacao-profissional/>.

Freire (2001) defendia que a EJA é caracterizada como um ato político e social, que merece reconhecimento já que contribui na realização de uma leitura plena da realidade em que se encontram inseridos os sujeitos, permitindo que os mesmos se apropriem das habilidades provenientes da leitura da palavra escrita que transpassa a universalidade de uma sociedade letrada, privilegiada, lhes permitindo participação.

De acordo com Haddad (2007), a EJA foi de modo gradativo sendo instituída como uma conquista social no país em meados dos anos de 1960, mas foi interrompida pelos acontecimentos que ensejaram o Golpe Militar de 1964. Moura (2006) discorre que o golpe de 1964 cortou o processo de desenvolvimento do que viria ser a EJA. Dentro desse contexto político surgiu as campanhas de alfabetização conhecidas como a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC) de 1966 a 1970) e Mobral de 1970 a 1985, criado pela Lei nº 5.379 de 15/12/1967, foram deflagradas.

O Mobral caracterizou-se, inicialmente, como campanha de alfabetização, atingindo cerca de 500.000 alunos nos seus primeiros quatro meses de funcionamento. Em seguida, a experiência mostrou a necessidade de imprimir maior profundidade ao trabalho educativo e a urgência de oferecer cursos de continuação. Durante mais de 20 anos de existência, o Mobral se tornou notável pelo esvaziamento do sentido crítico e contextualizador que vinha sendo implantado anteriormente das ações pedagógicas. No contexto educacional, a legislação que, pela primeira vez, faz referência à EJA é a Lei 5692/71, em capítulo próprio sobre o Ensino Supletivo. Esta modalidade de ensino foi regulamentada tendo as seguintes funções básicas: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e a qualificação, mediante a oferta de cursos e exames supletivos (soares, 2001, p.206; Ceratti, 2007, p. 4).

Depois de 24 anos, a EJA foi instituída no país como uma obrigação do Estado no momento em que a Constituição Federal do Brasil de 1988 entrou em vigor. No Título dos Direitos Individuais e Coletivos da Constituição Federal (CF), ficou estabelecido que a Educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, garantindo o Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, independentemente da idade no artigo 208, que diz que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Brasil,1988).

Com o decorrer do tempo entrou em vigor a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no ano de 1996, passando a ser integrada aos recursos financeiros destinados à educação básica⁴, visando cumprir funções que vão além da margem educacional, mas social, com a alfabetização e letramento de jovens e adultos para que se

⁴ A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade própria” (Brasil, 1996).

sintam inseridos e pertencentes a sociedade como cidadãos que são (Brasil; 1996). Segundo Soares (2002, p. 12) a LDB foi responsável por integrar uma mudança conceitual a respeito da EJA:

A mudança de “ensino supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos” não é mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.

Com a redemocratização do país, a EJA passou a ser vista dentro do campo de políticas públicas através da produção teórica e acadêmica, com a formação de educadores e no desenvolvimento de intervenções pedagógicas. Foi dessa forma, que se passou a desenvolver mudanças do caráter moralizante, preventivo e supletivo na educação de jovens e adultos, compreendendo seus sujeitos como detentores de direitos e deveres frente ao Estado. Tal fato atribuiu à EJA a qualificação de política pública de responsabilidade estatal (Arroyo, 2011).

Em 2000, as Diretrizes Curriculares para a EJA foram regulamentadas graças à aprovação da Câmara de Educação Básica por meio do Parecer 11, que qualificou a Educação de Jovens e Adultos e definiu suas funções em: reparadora, equalizadora e qualificadora. De acordo com no Parecer 11 (Brasil, 2000, p. 34 - 41):

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano [...] A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura de canais de comunicação [...] Essa tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função ela é o próprio sentido da EJA.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA surgiram com a intenção de forçar o cumprimento da LDB, contemplando a “Educação de Jovens e Adultos”, que reserva a educação como direito social à cidadania, sendo abarcada no ensino fundamental e médio. De acordo com o texto dos artigos 1º, 4º e 37º da lei, encontra-se:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa,

nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

[...]

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII. oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

[...]

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola (Brasil, 1996).

Em 2001, foi a vez do Plano Nacional de Educação (PNE), que já havia sido firmado como compromisso na reunião de avaliação da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos em 1990, mas que tomou forma a partir do Fórum Mundial de Educação no ano 2000, em que foi estabelecido a criação de programas destinados na alfabetização de 10 milhões de jovens e adultos, no prazo de cinco anos, que se encontra no artigo 214 da CF de 1988:

Art. 214º. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I – erradicação do analfabetismo,

II – universalização do atendimento escolar (Brasil, 1988).

No ano de 2002, foi criado o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), com objetivo de tornar a EJA uma referência nacional através da avaliação de competências, saberes e habilidades desenvolvidas durante o processo escolar ou formativo.

A EJA em 2003, passou a integrar a agenda pública, através da criação de vários programas em diversas instâncias governamentais. Também passou a ser reconhecida como modalidade de ensino sendo contemplada em políticas estruturantes, em âmbito do Sistema Nacional de Educação (Di Pierro, 2010).

A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD) em 2004 também trouxe importantes reformulações para melhor implementação da política nacional da EJA.

Em 2005, dentro do âmbito do PDE surgiram dois programas: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem) (Brasil, 2005).

No ano de 2007, a EJA foi incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) através da Lei nº 11.494/2007. A lei previa seu funcionamento até o ano de 2020, e tinha como compromisso iniciar seus atendimentos no ano de 2009, mais de 47 milhões de alunos da educação básica, incluindo a EJA (Brasil, 2007). Nesse mesmo ano também foi instituída a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos através da SECAD.

Em 2010 ocorreu a implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) e a criação das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que se encontram instituídas na Resolução CNE/CEB⁵ nº 03/2010, a respeito da duração dos cursos, idade mínima para ingresso na EJA, exames de avaliação do desempenho dos estudantes, certificação nos exames de EJA e a EJA por meio da Educação a Distância. No seu artigo 2º:

;

Para o melhor desenvolvimento da EJA, cabe a institucionalização de um sistema educacional público de Educação Básica de jovens e adultos, como política pública de Estado e não apenas de governo, assumindo a gestão democrática, contemplando a diversidade de sujeitos aprendizes, proporcionando a conjugação de políticas públicas setoriais e fortalecendo sua vocação como instrumento para a educação ao longo da vida (Brasil, 2010)

Ainda, em 2014 o Plano Nacional de Educação 2014-2024, constituído por 20 metas e estratégias, que remete à meta de número 10 a qual trata sobre a oferta de no mínimo 25% de matrículas destinadas à EJA nos ensinos fundamental e médio dentro da modalidade profissionalizante.

Logo, oportunizar aos jovens e adultos a inserção profissional dentro do contexto educacional, torna ardente o desejo em dar continuidade aos estudos junto a qualificação que a educação profissional oferece. A EJA foi articulada com Educação Profissional inicialmente por meio do Decreto nº 5.478. Sendo assim, a escolha em alinhar a educação profissional à EJA foi tomada pela oferta quase que escassa aos jovens e adultos a cursos que possibilitem a entrada ao mercado de trabalho de maneira qualificada.

2.3 Perfil do aluno da EJA

O perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é profundamente influenciado pela história social e econômica do país. Muitas vezes, esses alunos são pessoas

⁵ Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE).

que, devido a condições adversas como desigualdade socioeconômica, desigualdade racial e desigualdades regionais, tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas.

Segundo Moreira (2014, p.17) o “perfil dos alunos da EJA em sua maioria são trabalhadores e não trabalhadores em busca de melhores condições de vida, melhora na autoestima, e que buscam vencer as barreiras da exclusão provocadas por um sistema educacional excludente”. Pedrosa (2010), define:

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não sentirem-se atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras. (Pedrosa, 2010, p. 14).

Historicamente, o Brasil enfrentou desafios significativos na promoção da educação para todos, especialmente durante períodos de instabilidade política e econômica. Dessa maneira, ao refletir sobre o perfil dos estudantes da EJA, percebemos através dos autores supracitados, que a realidade dos sujeitos são socialmente e economicamente, “parcela” de uma (grande) parte da população brasileira que sofre dia após dia com a desigualdade social.

Moreira (2014), enfatiza que no geral o público atendido pela EJA são jovens e adultos com 15 anos ou mais, que não teve por algum motivo a oportunidade de concluir os estudos dentro da expectativa de idade definida como correta ou por desistirem de estudar e abandonando a escola, fenômeno muito frequente.

Não obstante, são pertencentes a uma realidade árdua, a qual torna-se difícil conseguir conciliar os estudos e o trabalho, em que ambos são postos numa balança injusta, que na maioria das vezes a escolha pelo emprego pesa mais do que a continuidade dos estudos. Esses alunos frequentemente são advindos de contextos de vulnerabilidade, onde o analfabetismo e a baixa escolaridade são reflexos de desigualdades históricas e estruturais

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou no de 2022 o percentual de analfabetismo de pessoas de 15 anos de idade ou mais no Brasil. Os dados revelam que as maiores taxas de analfabetismo continuam maiores entre idosos, pretos e pardos, e a região Nordeste sendo a unidade federativa com maior índice entre as demais regiões do país, tendo como ranking os estados do Piauí, Alagoas e Paraíba, liderando o aumento do percentual de pessoas analfabetas no Brasil.

A pesquisa também aponta que a faixa etária com maior percentual de analfabetismo é mais comum entre as pessoas idosas, na faixa etária de 60 anos ou mais. De acordo com dados do IBGE, cerca de 18,3% dos jovens com idade entre 14 a 29 anos não conseguiram concluir

a etapa do ensino médio, sendo as principais causas o abandono escolar ou por nunca terem frequentado a escola.

Seguramente, o analfabetismo tem implicações profundas e multifacetadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), afetando não apenas o desempenho acadêmico, mas também a inclusão social e a qualidade de vida dos alunos. Para muitos estudantes da EJA, o analfabetismo não é apenas uma barreira ao acesso ao conhecimento formal, mas também um obstáculo à plena participação na sociedade.

A questão do analfabetismo está também intimamente ligada à pobreza e à exclusão social. Grupos marginalizados, como por exemplo, populações indígenas e afrodescendentes, apresentam taxas de analfabetismo mais elevadas, o que perpetua ciclos de desigualdade. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas para a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos que fazem parte das camadas populares.

Por fim, o perfil do aluno da EJA reflete as disparidades históricas e sociais do Brasil, trazendo consigo experiências de vida diversas e desafios específicos que exigem uma abordagem educacional adaptada para promover a igualdade de oportunidades e a valorização da educação ao longo da vida.

Considerando esse cenário, é inegável que a EJA desempenha um papel crucial na reabilitação da autonomia e na promoção da equidade, fornecendo ferramentas necessárias para que os adultos possam superar as limitações impostas pelo analfabetismo e alcançar uma maior inclusão e participação na sociedade.

3 AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NA EJA

As concepções pedagógicas, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos, abordam as particularidades e necessidades específicas desses estudantes. Elas são fundamentais para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz diante de tantas complexidades que podem surgir diante de um grupo de estudantes considerado heterogêneo.

Em geral, acompanha a evolução histórica do pensamento sobre educação e na forma como as sociedades ao longo do tempo entenderam e valorizaram o processo de ensino e aprendizagem. No Brasil, essas concepções permeiam sob a interação entre contextos socioculturais, filosóficos, políticos e econômicos, refletindo as necessidades e mudanças de cada marco histórico.

Considerando que o processo educativo deve fazer sentido para o estudante, a Aprendizagem Significativa, por exemplo, é a concepção que enfatiza a importância de

relacionar novos conhecimentos com o que o aluno já sabe. Para jovens e adultos, isso significa conectar o conteúdo curricular com suas experiências de vida e conhecimentos prévios, tornando o aprendizado mais relevante e aplicável ao seu contexto cotidiano.

Oliveira (2007) traz uma reflexão em cima da ideia da composição do conhecimento em relação a configuração do processo de aprendizagem, sobre os efeitos das experiências vivenciadas e como as formas de inserção no mundo constroem bases que compõem os nossos saberes, ou seja, toda aprendizagem vai acontecer quando o indivíduo consegue construir conexões entre aquilo que foi ensinado e suas experiências ou quando for algo ligado a seus interesses, valores, conhecimentos prévios e crenças.

Reitera-se que, tal reflexão, reforça a ideia de que não existe um único caminho possível e obrigatório, e que nenhum processo formal de ensino/aprendizagem é superior e unânime, uma vez que cada indivíduo possui sua própria rede de conexões que pode se encaixar em diferentes linguagens e metodologias, o que dá mais importância a ideia de uma educação cada vez mais contextualizada.

Os processos pedagógicos na EJA precisam estabelecer uma relação mais coerente entre os conteúdos relativamente abstratos e de qual seria de fato sua utilidade no cotidiano desses estudantes. Estabelecer esses critérios contribuem para que os educandos melhorem o processo de absorção e fixação de conteúdo.

Além disso, ao pensarmos a respeito da educação ofertada para jovens e adultos, é importante considerar a possibilidade de que parte desses indivíduos já tiveram em algum momento de suas vidas uma trajetória escolar que foi interrompida e de que algumas práticas classificadas como conservadoras podem ainda ocupar um espaço de admiração e conforto sobre a concepção de escola conhecida por esses estudantes. Marta Durante (1998, p.48) com base em suas experiências em sala de aula, afirma que:

[...] Outro aspecto que interferiu e, na verdade, sempre interfere no trabalho com adultos pouco escolarizados é o modelo de escola. Para eles, frequentar a escola pressupõe fazer cópias e contas, ter cartilhas e aprender as letras. Aprender a expor suas opiniões, ouvir as opiniões dos colegas, ouvir contos, [...] não são características do modelo de escola que conhecem.

É nesse contexto que a concepção de Educação problemática, defendida por Paulo Freire, promove uma abordagem crítica e dialogada para o ensino. A ideia de encorajar os alunos a questionar, refletir e debater sobre questões sociais e pessoais pode trazer como consequência uma quebra de padrões. Tendo em vista que o foco está na conscientização e na transformação social, usando o diálogo como ferramenta para desenvolver o pensamento crítico e a ação consciente.

Ao trazer uma abordagem em que valoriza a autonomia do pensamento do educando, é essa perspectiva as contribuições de Paulo Freire (2006) conseguem abordar as metodologias ativas como estratégias que possibilitam uma maior participação dos discentes através do uso do diálogo e da aprendizagem colaborativa, tecida através das interações, trazendo o lado de fora para dentro da sala de aula. Tais interações podem ser facilitadas e desenvolvidas por atividades práticas, como exemplo, conversas de caráter informal, interações relacionadas às vivências e conteúdo, debates, discussões, entre outros (Coelho e Eiterer, 2011).

Essas relações interativas melhoram a compreensão do educando aos poucos sobre os sentidos que a educação tem em sua própria vida, enquanto paralelamente a escola vai se configurando em um espaço de emancipação para seus educandos ao levá-los para novas percepções sobre as formas em que podemos enxergar o mundo.

Sabendo-se que na modalidade EJA encontram-se pessoas que já atingiram a terceira idade e que não puderam estudar durante a infância por falta de condições financeiras, é válida a concepção de Educação e Inclusão. A abordagem foca na criação de um ambiente educacional que seja inclusivo e respeite a diversidade. Reconhece que os alunos da EJA vêm de diversos contextos socioeconômicos, culturais e históricos e, portanto, a educação deve ser adaptada para atender a essas variabilidades, promovendo igualdade de oportunidades para todos. Arroyo (2011, p.22) reforça esse conceito ao dizer que os estudantes da EJA “são jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-raciais, do campo e da periferia.”

É necessário que se faça uma oferta de educação escolar na EJA que consiga promover uma aprendizagem que atenda às especificidades dos subgrupos socioeconômicos, etários, étnico-raciais, religiosos e de gênero integrados a essa classe, além disso, um forte investimento na formação de educadores. Segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 75) “a aprendizagem precisa ser assim compreendida em sentido amplo, como parte essencial da vida”. Evidenciando que as metodologias aplicadas na EJA podem compreender todas as complexidades da vida dos jovens e dos adultos, influenciando no aprendizado e na permanência desse público no ambiente escolar.

A Concepção de Educação Inclusiva na EJA também envolve a capacitação dos educadores e o desenvolvimento de políticas educacionais que favoreçam a inclusão, proporcionando uma educação de qualidade que valoriza a diversidade e contribui para a redução das desigualdades sociais. Santana e Silva (2021) comenta que: um dos graves problemas enfrentados pelas classes da EJA está na maneira que é realizada a organização

curricular, pois toma como base uma lógica de separação do que seria a pessoa que vivencia e aprende pelo mundo daquela que tem como dever absorver os conteúdos escolares.

Essa dissociação representa uma falha, pois remete ao ideal de Educação Bancária. Essa representa a concepção que se contrapõe a todos os aspectos humanísticos da aprendizagem. O conceito, criticado pelo educador Paulo Freire, refere-se a uma prática pedagógica em que o conhecimento é tratado como um depósito que o professor faz na mente dos alunos, que são vistos como recipientes passivos. Ela desvaloriza a capacidade crítica dos estudantes, já que não os encoraja a questionar ou refletir sobre o conteúdo, além de reforçar uma relação de poder desigual entre professor e aluno, onde o primeiro é visto como o detentor do saber e o segundo como ignorante.

Tal dinâmica perpetua sistemas de opressão, pois não estimula a conscientização crítica necessária para que os indivíduos reconheçam e desafiem as injustiças sociais. Contribuindo para a manutenção do status quo, limitando o potencial transformador da educação e a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. Segundo Freire, a educação bancária, em que o educador é o que sabe e os educandos os que não sabem; o educador é o que pensa e os educandos os que são pensados; o educador é o que diz a palavra e os educandos os que a escutam docilmente.(FREIRE, 1970, p. 58).

3.1 Alternativas Metodológicas para a EJA

O uso de técnicas metodológicas no processo de desenvolvimento educacional vem ganhando mais espaço e possibilitando uma melhora na compreensão na composição dos processos de aprendizagem existentes nas escolas. Essa busca epistemológica vem encontrando cada vez mais respaldo dentro dessas discussões que tem como foco os fatos educacionais, conseqüentemente gerando um maior engajamento entre os pesquisadores e as realidades investigadas, mas isso só vem ocorrendo graças ao reconhecimento e aproximação dos pesquisadores sobre os objetos pesquisados (Santana e Silva, 2021).

Dentro do desenvolvimento, inovação e aprimoramento de metodologias e práticas pedagógicas dentro da EJA é preciso considerar pontos que já foram discutidos nesse percurso teórico, como, o histórico de abandonos e a dificuldade para permanência, que demonstra a existência de necessidade de ressignificar a escola que temos na atualidade para que o estudante encontre nela um lugar que contribua para o seu desenvolvimento e suas

aprendizagens, alimentando um posicionamento crítico e emancipatório dos sujeitos que precisam reconstruir suas trajetórias de participação na sociedade.

Reconhecer esses pontos não só favorece na redução de impactos no modelo de organização excludente que ainda temos nas escolas, mas também favorece os processos de buscar, idealização, criação, desenvolvimento e aplicação dessas metodologias de trabalho e práticas pedagógicas nas classes de EJA (Santos, Souza e Reis, 2018, p.3). Nesse sentido, as autoras Oliveira, Fonsêca e Romanowski (2022, p. 3-4) abordam que:

[...] pensar maneiras de mediação do conhecimento por meio de metodologias ativas na EJA torna-se um relevante instrumento na formação e de cidadania com possibilidade de construção do conhecimento a partir de práticas mais dinâmicas e ativas no percurso formativo do estudante e de potencialização da interrelação entre professor e aluno, proporcionando aos discentes e docentes, um diálogo mais profícuo, bem como o entrelaçamento entre a comunidade escola parece ser algo necessário para superação das iniquidades défcits educacionais sobretudo na EJA. A prática pedagógica que deve permear o ensino em EJA, na atualidade, se constitui e contempla diversos elementos que tornam a prática docente como algo dinâmico e ativo e está em constante movimento a qual deve se inserir em diversos espaços repletos de elementos objetivos e subjetivos, tal postura considera o aprimoramento e a qualificação do ensino na perspectiva de uma reflexão crítica e dialógica que possibilitem reconhecer os saberes que advém dos estudantes e de suas experiências de vida para que haja aprendizagens significativas e construção do conhecimento que motive os estudantes jovens, adultos e idosos, o que exige reconhecer que os currículos os métodos e materiais didáticos utilizados na EJA sejam capazes de romper com o ensino tradicional, marcas de um ensino bancário, de pouco significado para o público dessa modalidade de ensino.

Seguindo essa perspectiva que os profissionais docentes e as instituições de ensino estão sendo conduzidas a repensarem os métodos e as técnicas trabalhadas na EJA, além de como inserir em seus planejamentos novas ações focadas na elaboração de propostas que visam o melhoramento dos fragmentos de aprendizagem a partir da inclusão das metodologias ativas,

[...] método em que o discente é considerado sujeito ativo de seu próprio aprendizado, com uma proposta de ensino que contemple o olhar interdisciplinar e uma maior interação entre professor-aluno e aluno-aluno de forma a qualificar o ensino e possibilitar a autonomia e a emancipação dos sujeitos sociais. Metodologias Ativas constitui em uma concepção pedagógica que possibilita um envolvimento do aluno no processo de aprendizagem, tendo como base a construção do conhecimento de forma significativa e que esse deve estar relacionado com contexto vivenciado pelos estudantes (Oliveira, Fonsêca e Romanowski, 2022, p. 3).

Nesse modelo metodológico os estudantes constroem seus conhecimentos e conseguem construir ações para o aprender (Bacich; Moran, 2018). Segundo Silva et al (2021, p. 5), as “[...] metodologias ativas surgiram como alternativa para a superação de uma tradição de aprendizagem passiva, uma vez que a apresentação oral dos conteúdos, por parte do professor, se constituía como única estratégia didática”.

As metodologias ativas de ensino baseiam-se em uma concepção educativa que centraliza o processo ensino-aprendizagem no aluno, sua proposta é de sistematizar o ensino de conteúdos e desenvolver habilidades focando a participação ativa do discente nas atividades propostas pelo professor, sendo este um mediador e organizador das estratégias que incentivem a autonomia, a capacidade de tomada de decisões e a relação interpessoal dos alunos, tendo como produto final o que se espera nos Parâmetros Curriculares Nacionais: a aprendizagem significativa (Passos, 2016, p.15).

Segundo Pereira et al. (2009) John Dewey é o responsável por conceituar a metodologia ativa ao inserir as ideias sobre a construção do conhecimento frente às perspectivas tradicionais de aula expositiva focadas na reprodução e mera memorização de conteúdos de ensino e de aluno ativo. O autor ainda defende que os conteúdos que são ensinados dentro da sala de aula seriam assimilados de maneira mais fácil e eficaz quando são associados com as tarefas realizadas pelos discentes, defendendo a ideia de união entre a teoria e a prática. Para Silva et al (2021, p. 6):

Sua contribuição para os processos educacionais dos adultos está justamente no sentido de valorizar a capacidade de pensamento e estimular o aluno adulto a pensar, principalmente em discussões coletivas, quando o conhecimento flui mais facilmente e assim é construído. Um dos defensores das metodologias ativas aqui no Brasil foi Paulo Freire. O autor acredita que o sucesso na implementação das metodologias ativas vai muito além da sala de aula e requer um esforço global, além de um trabalho amplo que precisa abranger os alunos, professores, gestores e até a família. As metodologias ativas são amplamente discutidas atualmente em detrimento do novo modelo de sociedade, que formata um novo modelo de estudantes, demandando uma nova configuração da educação e seus métodos.

Diante da atual realidade de ensino, a conduta do educador precisa estar entrelaçada à formação continuada. A necessidade de estudos permanentes com a disposição de aperfeiçoar seus conhecimentos, capacitando para observação e percepção de necessidades adjacentes, o deixará melhor preparado para lidar com a heterogeneidade dos alunos, com a ausência de materiais didáticos específicos, entre outras tantas, que precisam ser amplamente atendidas, visto que, a EJA tem como diferencial o fato de que o aprendizado é permeado por trocas de experiências (Fuck, 1994).

Dessa maneira, perante a relevância que os processos de ensino possuem, é necessário que existam estratégias ou técnicas metodológicas para aplicação da prática pedagógica na sala de aula. Essas metodologias podem ser encontradas quando o educador enxerga as dificuldades e necessidades mais urgentes de seus alunos. É importante ressaltar que qualquer metodologia aplicada tenha origem da motivação desses alunos, visto que, a concepção de que os mesmos podem aprender algo em conjunto dos educadores pode ser usado como artifício de motivação, cabendo ao docente criar um projeto pedagógico que seja desafiador na medida

que os motive, levando em consideração as diferenças entre os alunos do ensino regular e os da EJA, que possuem motivações diversas (Tura, 2005).

Focando nas práticas pedagógicas, o Parecer CNE/CEB 11/2000 traz uma reflexão acerca do ensino e quais modalidades seriam adequadas, sobretudo, considerando sua diversidade cultural e as especificidades da EJA, que exige um tratamento didático do conteúdo e das práticas pedagógicas mais afinado, ancorado na interdisciplinaridade e multidisciplinaridade dos seus componentes curriculares (Brasil, 2000). De acordo com Santana e Silva (2021, p. 8):

Estes princípios que constam nas legislações que organizam as práticas pedagógicas direcionadas ao público da EJA estão embasados em concepções humanistas que abarcam o respeito à diversidade e mudanças de vida (social e subjetivamente) pelo viés da educação. Algumas concepções freireanas, como a valorização dos saberes prévios dos educandos, o diálogo, as relações de troca de conhecimento, o respeito e a amorosidade estabelecidas com o professor e o empoderamento dos educandos são norteadores das práticas para este público na contemporaneidade. No entanto, tais princípios encontram cotidianamente desafios metodológicos de implementação uma rotina didática que equilibre os saberes mais técnicos com uma formação mais dialógica.

Assim, a orientação para a organização das práticas pedagógicas, seguem nos princípios definidos no Art 3º e seus incisos II, III, X e XI da LDB 9394/96, que estabelece princípios que regem o ensino básico:

Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; Valorização da experiência extraescolar; Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Silva et al. (2021) entende que para que uma prática docente seja eficiente é preciso promover ações eficientes. Frente a isso, Freire (1996) explica a respeito de uma pedagogia autônoma, baseada na ideia de que os saberes necessários à prática educativa são aqueles que fazem sentido para os estudantes e estão dentro do campo de domínio intelectual dos professores, pois não existe docência sem discência. Como exemplo disso, Freire coloca que o ensinar exige pesquisa, um respeito aos saberes dos educandos, mais disponibilidade para o diálogo, estimulação da curiosidade, profundo comprometimento, gerando então uma quebra de um velho paradigma sobre a educação bancária, educação essa que defende que o professor deve ser o único detentor do saber, enquanto o estudante é apenas um ser passivo sem conhecimento algum. Portanto, é essencial para uma boa prática docente que o educador tenha consciência de que o educando também possui saberes tão importantes e relevantes advindos das suas experiências de vida no seu mundo social.

Freire (1999) também defendia que a prática educativa é decisiva para o desenvolvimento dos alunos, porque vai ser ela a responsável por levar os educandos para uma alienação ou absorção de consciência do estatuto do indivíduo, pois uma boa prática permite transformar um analfabeto em mais que um leitor. Sendo assim, o exercício da prática exige do professor uma postura além da conceitual teórica, fornecendo quadros e orientações mais adequados para que os processos de aprendizagem possam acontecer. De acordo com Freire (1987, p. 70) “A educação como prática de liberdade, distinta da prática de dominação, implica uma negação da pessoa abstrata, isolada, solta, desconectada do mundo, e uma realidade negativa do mundo como ausência”.

De forma ampla, a prática docente no ambiente escolar tem como habitualidade o ato de inserir sujeitos nas instituições de ensino em todos os atos dentro da escola, isso se aplica na relação professor-aluno-gestor e não apenas na sala de aula. Outro aspecto importante é que a prática docente convive com fenômenos que existem além das escolas, interagindo com os acontecimentos sociais, políticos, culturais, ecológicos, educacionais, entre outros nos quais os alunos se envolvem no dia-a-dia (Candau, 2012).

Logo, nota-se que a prática docente na EJA tem um caráter multicultural, característica que desafia os professores, por servirem como intermediadores do conhecimento para reafirmar sua prática, o respeito nas diferentes disciplinas em sala de aula, oportunizando uma formação mais crítica e reflexiva da qual pode expressar sua prática com objetivo de encontrar um desenvolvimento mais sustentável para a comunidade local, como o país, e conseqüentemente a si mesmo.

Segundo Frigotto (2005) é a prática docente que revela os conceitos educacionais dos professores, a forma de interação com os alunos, o conhecimento sobre mundo, entre outros. É nesse sentido, que a prática docente na EJA se torna o principal elemento de ensino e aprendizagem nesse modelo, já que seu público-alvo tem peculiaridades quanto ao perfil dos educandos e suas experiências de vida, aspirações, objetivos, curiosidade, interesses e aprendizado.

Freire (1997) entendia que o ato de ensinar consegue ir muito além do ato de transmitir conteúdos a outros, pois trata-se de ser o ato de permitir que o sujeito consiga construir em diálogo com seus professores, conhecimentos sobre assuntos relevantes para sua vida, trazendo reflexão crítica sobre a sua existência no mundo como agente transformador. Dessa forma, a prática docente exige do professor uma compreensão de que o processo de construção de conhecimento crítico é essencial e contribui para aumentar a consciência dos

alunos. Freire (1997, p. 95) completa essa ideia ao dizer: “Como professor, não posso ajudar um aluno a superar sua ignorância se não superar permanentemente minha ignorância”.

Para Freire (1999), o ato de ensinar é o mesmo que seguir conscientemente uma ética de trabalho que mantém a coerência constante na fala e no diálogo, sendo o professor um elemento indispensável nesse processo, por servir de modelo para aqueles que começam a se aprofundar em assuntos críticos no mundo. Freire ainda compreende que o educador precisa estar basicamente comprometido com aquilo que se diz, com o que faz, e como é que se faz o que precisa ser feito, e não deve ficar neutro, assumindo sua postura política, já que a educação também se trata de política.

3.2 Método Freiriano na Alfabetização de adultos

Antes de iniciarmos sobre quem foi Paulo Freire para a EJA, cabe realizar, mesmo que em poucas palavras, uma pequena sondagem sobre o que é, antes de tudo, educação. Dentre o significado da palavra propriamente dita, podemos ressaltar, segundo o dicionário, que é a reunião de métodos, habilidades e práticas.

Logo, se torna sugestivo pensar que o ato de educar tem como principal foco a busca por um método que se encaixe da melhor maneira ao cotidiano de cada segmento educacional, o que nos leva a pensar sobre as diversas camadas sociais que contemplam os espaços escolares, em como a percepção sobre o ensinar e o aprender são diferentes quando analisamos a região, a cultura e até mesmo a idade dos alunos.

Paulo Freire, o qual tornou-se o Patrono da educação no Brasil - tal qual de maneira digníssima, nos faz pensar sobre a sua importância na EJA, sendo o responsável pela criação do método de alfabetização de jovens e adultos mais conhecido e reconhecido dentro da história da educação.

A pedagogia de Freire (1967) é fundamentada no diálogo, em que acreditava que o processo de alfabetização deveria ser um ato de co-participação entre o educador e o educando. Através do diálogo, os alfabetizandos são encorajados a refletir criticamente sobre sua realidade, levando à conscientização (ou conscientização crítica) e à transformação social.

Sendo assim, Freire introduziu o conceito de palavras geradoras em seu método, que são palavras significativas para a vida cotidiana dos alfabetizandos. Essas palavras são usadas como ponto de partida para a alfabetização, facilitando o engajamento e a compreensão dos alunos. O processo envolve a discussão dessas palavras em contexto, promovendo a conscientização e a reflexão crítica.

Conhecido como “Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos”, tem como elementos conceituais de discussão as relações de “opressor X oprimido”, “Educação Bancária” X “Educação Problematicadora e Dialógica” e suas propostas de alfabetização de jovens e adultos. Um método de alfabetização nada mecanicista, onde os sujeitos historicamente excluídos ganham uma nova chance de pertencimento no mundo e reconhecimento de suas vivências, tratados como de fato são, que são transformados em indivíduos críticos que se reconhecem como cidadãos de direitos e deveres sociais. Para Freire (1982, p. 13-14):

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” –daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase que por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça” [...] As cartilhas, por boas que sejam, do ponto de vista metodológico ou sociológico, não podem escapar, porém à uma espécie de “pecado original”, enquanto são o instrumento através do qual se vão “depositando” as palavras do educador, como também são seus textos, nos alfabetizandos. E por limitar-lhes o poder de expressão, de criatividade, são instrumentos domesticadores [...] tanto as palavras quanto os textos das cartilhas nada têm a ver com a experiência existencial dos alfabetizandos. E quando têm, se esgota esta relação ao ser expressada de maneira paternalista, do que resulta serem tratados os adultos de uma forma que não ousamos sequer chamar de infantil.

A primeira vez que Paulo Freire apresentou a proposta de alfabetização foi no seu artigo sobre a “Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo”, que continha seus registros do ano de 1963, quando ainda morava em Recife-PE. Sua metodologia configurava as preocupações explicitadas por Freire em seus escritos anteriores (Beisegel, 1989).

Em seu livro “Educação como Prática da Liberdade” de 1967, escrito no seu período de exílio no Chile, Freire propõe a execução prática do Método em cinco fases:

1ª Fase: levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará. Essa fase se constitui num importante momento de pesquisa e conhecimento do grupo, aproximando educador e educando numa relação mais informal e portanto mais carregada de sentimentos e emoções. É igualmente importante para o contato mais aproximado com a linguagem, com os falares típicos do povo.

2ª Fase: escolha das palavras selecionadas do universo vocabular pesquisado. Como já afirmamos anteriormente, esta escolha deverá ser feita sob os critérios: a) da riqueza fonética; b) das dificuldades fonéticas, numa seqüência gradativa dessas dificuldades; c) do teor pragmático da palavra, ou seja, na pluralidade de engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural, política etc...

3ª Fase: criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar. São situações desafiadoras, codificadas e carregadas de elementos que serão

descodificados pelo grupo com a mediação do educador. São situações locais que discutidas abrem perspectivas para a análise de problemas regionais e nacionais.

4ª Fase: Elaboração de fichas-roteiro que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. São fichas que deverão servir como subsídios, mas sem uma prescrição rígida a seguir.

5ª Fase: Elaboração de fichas com a decomposição das famílias fonéticas correspondentes aos vocábulos geradores. Esse material poderá ser confeccionado na forma de slides, stripp-filmes (fotograma) ou cartazes (Feitosa, 1999, p. 6).

Essas cinco fases de execução do método são fundamentais para a construção de uma pedagogia crítica e emancipadora, onde os educandos não são meros receptores passivos de conhecimento, mas agentes ativos de transformação social.

Os processos pedagógicos de Freire eram iniciados a partir de discussões em torno do conceito de cultura com seus alunos, com a intenção de “ajudá-los a iniciar a modificação de suas atitudes básicas diante da realidade e a começar a reformulação de seu saber preponderantemente mágico, superando certo fatalismo por culpar a Deus ou o destino, ou ainda sua sina pelos erros de uma estrutura arcaica e desumana” (Farias e Perboni, 2021, p.8.)

O método de alfabetização de Paulo Freire teve um impacto profundo no Brasil e internacionalmente. Suas ideias influenciaram programas de alfabetização de adultos, movimentos sociais e políticas educacionais em diversos países. A abordagem de Freire continua a ser uma referência importante para educadores que buscam promover uma educação crítica e emancipatória.

4 METODOLOGIA

Nesse estudo foi utilizado a metodologia de revisão sistemática da literatura, sendo uma metodologia que faz a aplicação e o reaproveitamento de outros estudos científicos já publicados e que estejam dentro do mesmo contexto do tema definido para um novo trabalho. Dessa forma, ficou estabelecido que sua natureza metodológica é qualitativa, bibliográfica, investigativa, descritiva, crítica e analítica. Para Galvão e Ricarte (2019, p.59):

A revisão sistemática da literatura [...] é uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explícita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão. De forma geral, a revisão de literatura sistemática possui alto nível de evidência e se constitui em um importante documento para tomada de decisão nos contextos públicos e privados. Dito de outro modo, a revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por

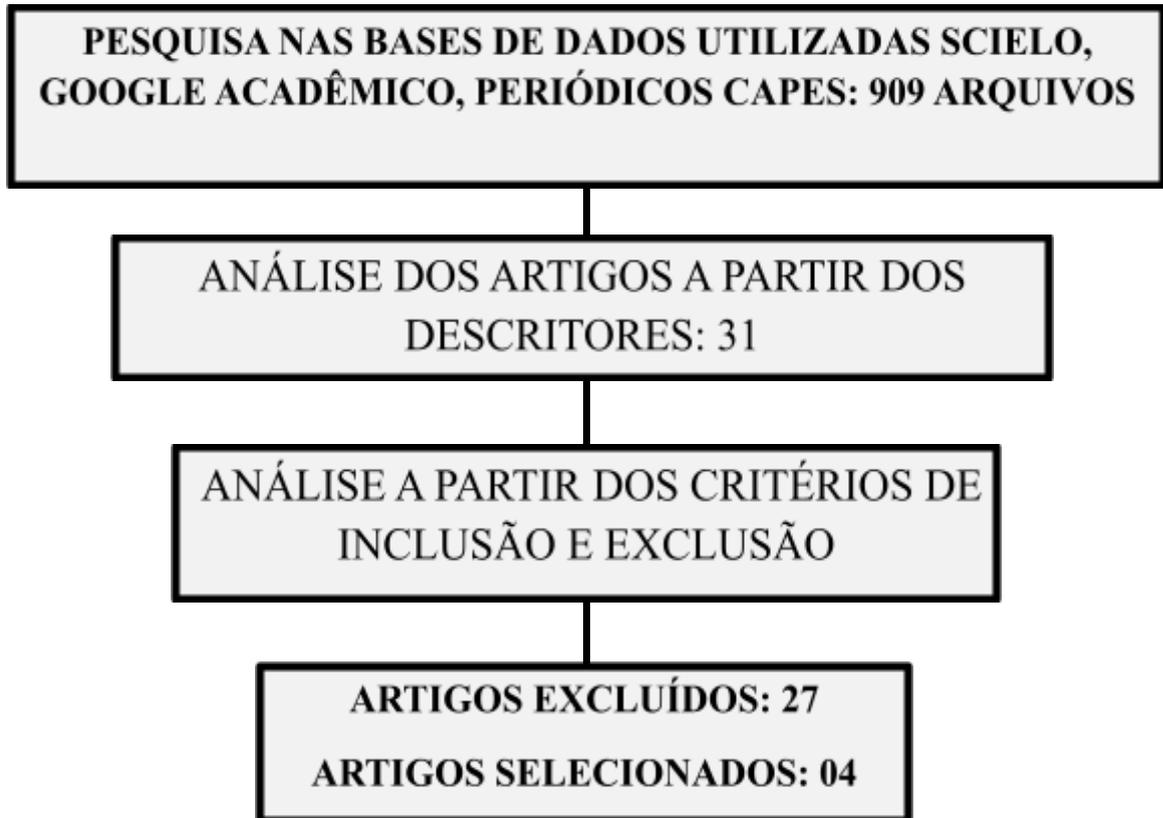
seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão, não se constituindo apenas como mera introdução de uma pesquisa maior, como pode ser o caso de uma revisão de literatura de conveniência.

Portanto, durante o processo de pesquisa buscou-se por trabalhos científicos de diversos formatos, sendo eles: artigos, monografias, dissertações, entre outros formatos que podem ser encontrados em formato digital em revistas científicas ou bancos de dados especializados em estudos e pesquisas científicas, sobre “Educação de Jovens e Adultos no município de Delmiro Gouveia”.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados eletrônicas, como: SciElo, Google Acadêmico, Periódicos Capes, por meio de operadores booleanos “AND” e “OR” e dos seguintes descritores: “EJA”, “Educação de Jovens e Adultos” e “Delmiro Gouveia”.

A pesquisa foi limitada à língua portuguesa, e as publicações datadas entre os anos de 2018 até 2023, que se estivessem dentro do tema escolhido, sendo esses os critérios de inclusão. Quanto aos critérios de exclusão, foram definidos os trabalhos científicos que estavam fora do período delimitado, com língua diversa da portuguesa, e os que não apresentavam o contexto do tema proposto e que não permitiam por qualquer motivo acesso na íntegra do conteúdo.

A pesquisa quando realizada nos bancos de dados escolhidos, teve como resultado em conjunto 909 referências, que passaram por avaliação do título e palavras-chave que fossem correspondentes aos descritores estabelecidos. Após avaliação dos arquivos que continham os escritores, restaram 31 títulos que entraram para a etapa de avaliação do conteúdo. No final da avaliação de conteúdo restaram 04 estudos que foram considerados relevantes para esta revisão, que atenderam aos critérios de inclusão. No total foram excluídos 27 trabalhos científicos, como mostra o Fluxograma 1.

Fluxograma 1: Processo de seleção dos artigos

Fonte: própria autoria.

5 RESULTADOS

Levando em consideração uma das inspirações científicas deste trabalho, em que a curiosidade em desbravar sobre como a EJA é “escrita” através do olhar e vivências de autores locais, foi decidido explorar a literatura científica que estejam direcionadas ao aprofundamento da EJA em Delmiro Gouveia-AL.

Desta forma foi possível localizar 05 (cinco) estudos mais recentes mirados na temática da EJA em escolas identificadas e não identificadas do município de Delmiro Gouveia/AL, conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Estudos na temática da EJA relacionado ao município de Delmiro Gouveia/AL

ANO	AUTOR(ES)	TEMA	RESUMO
-----	-----------	------	--------

2018	FREITAS, BRUNO RIBEIRO DE	O ENSINO-APRENDI ZAGEM DE GEOGRAFIA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA ESTADUAL WATSON CLEMENTINO DE GUSMÃO E SILVA, EM DELMIRO GOUVEIA / AL	Na Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão e Silva, visando compreender como se deram a introdução do ensino de Geografia na educação brasileira, as dificuldades que existiram ao longo de sua introdução, e as dificuldades que hoje podem ser encontradas que se tornam mais evidentes nos relatos do educador e do educando. Com base no que foi observado ao longo do Estágio, que faz parte da grade curricular do curso de Licenciatura em Geografia e que, por sua vez, contribui para esta pesquisa, assim expandindo a discussão para a proposição da pesquisa. Com isso foram utilizados por meio de pesquisa teórica-científica autores que discutem sobre a história do ensino de Geografia, e sobre o ensino de jovens e adultos, assim como análise das Leis e Normas que normatizam a modalidade de ensino, como também o relato dos educandos sobre o ensino da Geografia no EJA, assim como o relato do educador. Desta forma, o trabalho se baseia nos conceitos, nas observações e na coleta de dados, consumando em resultados relevantes a pesquisa, constatando que há dificuldades na compreensão do que se é proposto em sala de aula, e que se faz necessário uma maior valorização da disciplina, que os ajudaria a interpretar melhor o lugar em que vive dentro e fora da sala de aula.
2018	SÁ, ZULMIRA CORDEIRO CINTRA DE	AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA – GOVERNADOR AFRÂNIO SALGADO LAJES – EM DELMIRO GOUVEIA/AL	O presente trabalho apresenta a experiência de Paulo Freire na alfabetização de jovens e adultos (EJA), destacando as mudanças ocorridas na (EJA) ao longo da história, de modo a conhecer o sujeito adulto que procura ou dá continuidade aos seus estudos nessa fase. A fundamentação teórica da pesquisa tem por fundamento autores como Freire (1980), (1987), Gadotti (2013) e Pelandré (1998), que trazem discussões fundamentais para o incremento do trabalho. A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil está relacionada com a própria história da educação e, sua materialização como modalidade de ensino é marcada por uma série de acontecimentos e ações. Neste cenário, o educador Paulo Freire surge como uma referência na EJA, através de sua proposta de alfabetização inovadora. Este trabalho traz ainda uma pesquisa bibliográfica e de campo realizada na Escola Municipal de Educação Básica Governador Afrânio Lajes em Delmiro Gouveia-AL. Com abordagem quali-quantitativa com ênfase em estudo de caso e análise de conteúdo. Foram aplicadas entrevistas e questionários e realizada a análise de dados. Com esse estudo objetiva-se analisar a efetivação da EJA, bem como a aplicação do legado de Paulo Freire, seu “método” e suas ações no âmbito dessa modalidade de ensino, na escola supracitada. Conclui-se que embora existam entraves para a aplicabilidade da visão de Paulo Freire, o EJA tem persistido e contribuído para que muitos indivíduos saiam da ignorância em que vivem, podendo concluir seus estudos para alcançar melhores posições no mercado de trabalho.

2020	SILVA, MARIA SILENE NOIA DA	A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA	Este estudo é resultado de uma pesquisa realizada para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e tem como objetivo geral analisar a escolarização da EJA, assim como a sua realidade em sala, em uma unidade pública municipal na cidade de Delmiro Gouveia-AL. Neste trabalho buscamos compreender os principais problemas do ensino da Educação de Jovens e Adultos - EJA, assim como demonstrar as dificuldades enfrentadas do alunado dessa modalidade. O trabalho foi desenvolvido através de estudo bibliográfico, amparado dentro da realidade do estágio de regência desenvolvido na UFAL. O trabalho expõe o contexto da realidade em trabalhar com a modalidade da EJA e problematiza sobre a necessidade de qualificação para o ensino da EJA. Analisa-se a dimensão da leitura e da escrita, buscando fundamentos epistemológicos que possam auxiliar à docência, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, no interior de Alagoas.
2022	DERLANE LIMA DOS SANTOS, PRISCILA RANIELLE DA SILVA ARAÚJO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA (EJA) NA FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO	O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo que tem como temática a Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando através dessa pesquisa elucidar questões relevantes do contexto educacional desse público adulto. Os principais pontos abordados no presente trabalho são o contexto político e histórico da (EJA) no Brasil, a situação do analfabetismo da população adulta, com taxas e índices ainda muito altos na atualidade, e o ponto principal da pesquisa está colocado a partir das falas dos agentes que atuam e constroem a (EJA), sendo eles os professores(as) e alunos(as) de uma escola municipal de Delmiro Gouveia – AL. E para a fundamentação teórica deste trabalho, foram utilizados autores como Freire (2021), em sua obra Pedagogia do oprimido, também Gadotti (2014), Pinto (1984), Costa e Machado (2017), entre outros autores importantes que abordam o tema da educação de adultos, textos e periódicos também foram utilizados. Dessa forma, a intencionalidade da pesquisa visa apresentar um panorama atual e com análises feitas a partir desses autores e pensadores do tema Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, um tema muito relevante no contexto educacional do país, que merece e precisa receber uma forte atenção na busca de solucionar e superar as barreiras que atrapalham a execução da oferta de um ensino de qualidade para esse público ainda na atualidade.

Fonte: levantamento de dados desenvolvidos pelas autoras

Apesar do número reduzido de trabalhos analisados dentro dos critérios de inclusão, foi possível identificar dois trabalhos que discutem a temática, mas que não possuem acesso livre do conteúdo na íntegra até o momento. O primeiro trabalho é de Feitoza (2019), com o tema: Educação de jovens e adultos EJA - da universidade à escola: uma análise do município de Delmiro Gouveia – AL. O segundo trabalho é de Santos (2020), com título: Leitura: cenário desafiador na educação de jovens e adultos em Delmiro Gouveia – AL. Na Tabela 3, está disposto parte do resumo das autoras:

Tabela 2: Estudos temáticos com a EJA no município de Delmiro Gouveia, sem acesso na íntegra.

Feitoza (2019)	Santos (2020)
<p>Essa pesquisa tem como objetivo conhecer o processo de ensino aprendizagem dos professores, mediante aos avanços e desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendendo a modalidade de ensino da universidade à escola com sua formação e luta diária dos alunos a permanência da sala de aula. Nosso propósito foi compreender a EJA, refletindo a modalidade ensino da universidade à escola, referente a uma escola do município de Delmiro Gouveia/Al. A metodologia é de caráter qualitativo, em conjunto com um estudo de caso, aplicado em questionário, realizado em uma escola do município citado. Sendo fundamentada nas teorias e conceitos dos autores Paulo Freire (2005), Arroyo (2017), Moura, (2001), Haddad e Di Pierro (2000), Soares (1999) entre outros. Alguns resultados obtidos foram: o currículo das universidades nos mostra que pouco se discute sobre a EJA já desde o ensino superior, enfraquecendo assim o sistema educacional no ensino teórico desta modalidade. E outro resultado, foi o questionário da pesquisa com os professores, onde se percebe pela fala dos docentes a falta de estrutura tanto nos recursos didáticos, quanto ao descaso de formação continuada e incentivos de políticas públicas para que a EJA possa ser notada como uma modalidade de ensino importante para o Brasil, abrangendo assim milhões de jovens e adultos ainda não alfabetizados e letrados existentes no país. Relatando assim, as dificuldades na realização da pesquisa.</p>	<p>O presente trabalho aborda uma reflexão em torno da educação de jovens e adultos (EJA). A mesma é uma modalidade da Educação Básica, tem como proposta oferecer um ensino a pessoas analfabetas ou que não concluíram a educação básica na idade regular. Muitos estudantes permanecem na escola em busca de seus certificados e enfrentam alguns desafios não só na vida escolar, mas também na vida pessoal, aprender a ler ou até mesmo melhorar o que já sabem é uma das dificuldades que os sujeitos da EJA enfrentam no seu cotidiano. Este trabalho procura compreender o desenvolvimento do ensino e aprendizagem da leitura na Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino em Delmiro Gouveia-AL. A pesquisa foi realizada em duas escolas noturnas com alunos do primeiro segmento, da rede municipal de ensino localizada na zona urbana, ao todo tivemos a contribuição dos alunos e professores dessa área. A pesquisa é de cunho quantitativo/qualitativo, o instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa foi o questionário. Contudo, os resultados obtidos na pesquisa demonstram que as possíveis causas desafiadoras da leitura na EJA são, a falta de formação continuada dos professores, os recursos, a inadequação do currículo e as especificidades da EJA.</p>

Fonte: levantamento de dados desenvolvidos pelas autoras

No estudo realizado por Feitosa, os resultados apontam para uma lacuna no currículo das universidades em relação à discussão sobre a EJA, o que enfraquece o sistema educacional e a preparação teórica dos futuros professores. Além disso, o questionário aplicado aos docentes revelou problemas estruturais, como a falta de recursos didáticos, a ausência de formação continuada e a carência de políticas públicas que valorizem a EJA. Esses achados são significativos, no entanto, é notável a ausência de uma análise mais aprofundada das implicações desses resultados para a prática educacional e para a formulação de políticas públicas.

Na pesquisa de Santos, evidencia-se os desafios significativos no desenvolvimento da leitura na EJA, reitera a ausência de formação continuada dos professores, bem como a inadequação dos recursos didáticos e do currículo às especificidades da EJA. Embora os pontos sejam bem articulados, a discussão poderia ser mais aprofundada. Ausenta-se

informações como: de que modo a falta de formação continuada afeta especificamente a prática pedagógica dos professores na EJA, ou como a inadequação curricular impacta a motivação e o desempenho dos alunos.

Ambos os estudos apontam para questões extremamente pertinentes no que tange às lacunas na modalidade. A ausência de formação continuada para professores, por exemplo, não só prejudica o desempenho dos docentes e a qualidade do ensino, mas também impacta negativamente os alunos, especialmente aqueles com maiores necessidades educacionais. Além disso, a ausência de recursos didáticos pode levar ao comprometimento da qualidade do ensino, redução da motivação dos alunos e o impacto direto na alfabetização e no letramento.

Diante do que foi exposto até aqui, é preciso ressaltar que o estudo se trata de uma revisão sistemática da literatura, que segundo Atallah e Castro (1998) é um estudo secundário, que visa reunir estudos semelhantes, que foram publicados ou não, depois de avaliá-los e selecioná-los criticamente em sua metodologia, a fim de reunir de forma sintetizada, estudos primários semelhantes e de boa qualidade quando possível e apresentar ou expor seus dados e informações contextuais que foram encontrados presentes no corpo da pesquisa. Além disso, por ser considerada o melhor nível de evidência para tomadas de decisões em questões que podem desencadear em novos estudos e em desenvolvimento de produtos que tenham como objetivo solucionar um problema, é o que faz ser um método amplamente utilizado por pesquisadores.

Em sequência, segue a exposição das informações contextuais e estatísticas encontradas nas produções científicas desenvolvidas por outros pesquisadores localizados, para conhecer parte do cotidiano aplicado em algumas escolas de Delmiro Gouveia – AL.

É importante destacar que dentro desses estudos, algumas escolas não foram identificadas, também conseguimos observar que nenhum dos estudos supracitados se referem a uma mesma escola. Outro ponto importante é que todos os estudos apresentam critérios metodológicos diferentes. Enquanto um estudo apresenta dados percentuais coletados por questionários esquematizados, outro se fez por meio de um estudo de caso a partir de informações coletadas por entrevistas, que desenvolveu informações subjetivas sobre seus participantes. Um dos trabalhos foi realizado partindo das perspectivas dos educadores que atuam na EJA em uma determinada escola, já outros é focado em compreender a perspectiva dos alunos sobre suas aulas, fazendo com que seja exposto uma variedade de informações.

5.1 A Educação de Jovens e Adultos em Delmiro Gouveia - AL

No trabalho desenvolvido por Freitas (2018), focado no ensino de Geografia na modalidade EJA na escola Watson Clementino de Gusmão e Silva, foi possível identificar as práticas e perfis do educando e do educador da EJA.

Através de dados que foram coletados pelo autor em 01 de maio de 2018, com o 1º período da EJA, sobre o perfil do educando, a faixa etária dos alunos que cursam a modalidade EJA, em sua maioria são adultos, sendo que 48% tinham entre 19 e 22 anos, os que passavam dos 30 anos representavam 8%, os jovens entre 15 e 18 anos também equivalem 8%. A maior parte da sala era formada por estudantes que estavam abaixo dos 30 anos de idade. Vale ressaltar que os 8% equivalentes a jovens de 15 a 18 anos, especificando os menores de 18 anos que estavam de forma excepcional, já que o Art. 12º da Resolução Nº 18/2002-CEE/AL expressa que o ensino do EJA exige os 18 anos completos para determinados casos, que por mais que não seja o caso, é uma condição proposta na Resolução que vale ser lembrada, o que também não fere as diretrizes já que por sua vez existirá indivíduos que podem ser educandos fora da faixa etária exigida na Resolução.

O autor também verificou que nessa faixa etária o tempo que o educando da EJA teve de afastamento da sala de aula por qualquer motivo, teve em média um espaço de tempo de no mínimo quatro anos, e ressalta a importância do educador compreender as origens desses afastamentos (Freitas, 2018).

Sobre os motivos que levaram a escolha da modalidade, 35% alegaram que foi o desejo de conclusão do ensino médio, demonstrando um foco em prosseguir o fim dos módulos. 31% estava ligado a um melhor desenvolvimento laboral. 4% chegaram na modalidade em consequência de frequentes repetências em anos anteriores. 11% retomaram os estudos por influência e apoio familiar (Freitas, 2018).

Quando questionados sobre o que cada um almeja para seu futuro e quais seriam suas expectativas, notou-se que muitos deles compartilham do mesmo desejo de “ingressar na faculdade”, continuar aprendendo e aprimorando independentemente de área escolhida. No entanto, outros estavam focados na ideia de apenas concluir os estudos e logo conquistar um emprego. Na busca do tempo perdido, o educando faz o tempo na EJA valer através do interesse de aprendizado. Nessas condições, Paulo Freire entendia que é nesse momento que o educando deixa de ser passivo ao que lhe é proposto comumente e passa a buscar cada vez mais por conta própria, mas com auxílio do educador, o conhecimento (Freitas, 2018).

Sobre o perfil do educador de EJA, foi notado que parte do trabalho é focado na figura e no seu papel de Educador, o que deixa de lado o perfil estereotipado de que deve ser apenas o de transmissor de conteúdo, passando a ser o de problematizador e articulador. Ao analisar o professor de Geografia na EJA, foi verificado que o mesmo era graduado desde 2006, na área de Geografia, por uma instituição de ensino superior de Arcoverde – PE, especializado em Gestão Ambiental, pela UNEAL desde 2009, na área de Pedagogia, no entanto, não tinha nenhuma especialização ou pretendia fazer sobre a EJA. Além disso, afirmou que foi inserido de forma abrupta, e que não tinha nenhum material específico até então para a modalidade, e não passou por nenhum tipo de treinamento. Reforçando que o artigo 6º da Resolução (Nº 18/2002-CEE/AL) destaca a necessidade de uma especialização específica para lecionar na modalidade (Freitas, 2018).

A ausência de conhecimentos básicos sobre normas e regulamentos da EJA e quais estão atualmente definidos a ele no Estado de Alagoas propicia confusão nesse e em outros professores. Isso acontece pelo abrupto deslocamento do educador, que foi retirado do seu cotidiano no ensino regular e deslocado para ser educador da EJA, sem que houvesse uma transição ou preparo especializado para nova rotina. Entre 2016 e 2017, o corpo docente da escola analisou em conjunto os conteúdos propostos do ensino regular e EJA e constataram que eram praticamente os mesmos, no entanto, é importante lembrar que o processo de ensino e aprendizagem não são iguais entre os públicos de ensino regular e EJA, como proposto por Freire com conteúdos voltados ao trabalho e experiências da vida (Freitas, 2018).

Segundo o autor, mesmo sabendo que a modalidade de ensino do EJA visa o aceleramento da permanência do educando na escola, isso faz com que seja latente a necessidade de formular e trabalhar os conteúdos de forma diferentes do ensino regular, e o fato de não ter acesso a uma especialização voltada para a modalidade, cria-se ainda mais dificuldade para o educador.

O estudo desenvolvido por Sá (2018) teve como base a Escola Municipal de Educação Básica – Governador Afrânio Salgado Lajes. A escola oferta o Programa Mais Educação, faz o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e oferece a EJA com período letivo por semestre na modalidade de ensino presencial e organizado em totalidades que compreendem os níveis de Ensino Fundamental em totalidades Iniciais e Finais. Quanto aos princípios institucionais da escola, Sá discorre:

A direção afirma que a escola compreende que a educação precisa adaptar-se ao mundo e às suas transformações, ensejando também a necessidade da formação integral, sendo ela capaz de desenvolver, além de competências e habilidades, também atitudes e, com isso, ser capaz de despertar nos estudantes um olhar mais

crítico sobre os fenômenos que cercam seu contexto. Dessa forma, a escola tem buscado formas de educar, de modo a gerar uma escolarização promotora de seu papel social, planejando o emprego de temas geradores como uma proposta de método de ensino. Para tanto, o corpo docente acredita que para esse processo se concretizar no ambiente escolar, é necessário que o aluno desenvolva a capacidade de leitura e interpretação das diferentes situações que circundam sua vida e se reconheça como sujeito ativo no meio onde vive. Nesse sentido, não se pode tratar o conhecimento como algo estático e alheio ao que o aluno vive, ou seja, um ensino contextualizado, precisa ser uma prática constante nas escolas, em todos os seus níveis de formação. No momento que o mundo externo é trazido para o interior da escola, professores e alunos devem agir de forma coletiva e contínua sobre o reconhecimento do saber.

No entanto, um dos professores entrevistados por Sá (2018), graduado em Matemática e pós-graduado em Educação Matemática, demonstrou uma visão contrária da Direção. Revelando acreditar em um método sistemático, mecanicista e bancário. Utilizando de materiais pedagógicos diversos do que o utilizado do escolhido pela Direção e coordenação pedagógica e recomendado pelo MEC, por considerar os materiais fora do padrão de cursos especializados em Enem⁶. Sobre o acompanhamento dos seus estudantes, alegou que é realizado apenas durante suas aulas, já que não fazem seus trabalhos extraclasse. Contudo, o professor não relatou se buscou alternativas de fornecer um ambiente ideal para a produção dessas atividades por meio de outras alternativas pedagógicas que instigasse o interesse desses alunos. Sobre as condições de aprovação, alegou que aprova apenas baseando-se pela frequência, mas pelo qualitativo e demonstrou descontentamento por parte desse recurso. Situação que pode ocasionar interpretações vagas e duvidosas acerca do mérito da aprovação por partes dos seus alunos. A respeito da EJA:

[...] professor entrevistado relatou que precisa ser melhorada. Informou que conhece a metodologia proposta pelo educador Paulo Freire. Mas afirma que “é uma metodologia ultrapassada para a realidade atual” [...] Fora questionado o seguinte: Caracterize quem são os estudantes da EJA hoje. O professor informou que “*São alunos fora da faixa etária escolar e por motivos particulares pararam os estudos ou desistiram por não acompanhar os conteúdos*”. Quando questionado sobre qual a característica mais marcante do estudante da EJA, o professor respondeu que “*são alunos que mostram vontade de aprender, outros vêm apenas para passear, outros querendo aposentadoria*”. Questionado sobre como é organizada a EJA na escola pesquisada, o professor informou que “*no aspecto didático o foco na base de cada série, para que facilite o aprendizado da base matemática.*” Sobre as dificuldades encontradas na prática da EJA o professor entrevistado citou “*apoio do Governo Municipal às Escolas; Falta de um livro didático apropriado; Interesse dos alunos; Deficiência na aprendizagem*”. (SÁ, 2018, p. 43).

Sobre o perfil dos alunos EJA da Escola Municipal de Educação Básica – Governador Afrânio Salgado Lajes, Sá (2018) entrevistou 57 alunos matriculados na EJA, onde 33 alunos eram adolescentes com idades entre 15 e 18 anos, 20 alunos tinham entre 19 e 54 anos e

⁶ Exame Nacional do Ensino Médio.

quatro não identificaram suas idades. Um dos professores entrevistados, tinha 6 anos de atuação profissional na modalidade EJA e relatou que a faixa etária do aluno que costuma encontrar em sala de aula tem variação de 15 a 63 anos. Dos 57 entrevistados, 12 eram do sexo feminino e 8 do sexo masculino, os 37 alunos restantes não declararam o sexo. Com esse resultado, Sá reforçou que aspectos históricos de gênero reforçaram no passado um estigma de que mulheres não necessitavam de educação escolar, o que faz consequentemente que na atualidade elas sejam a maioria na busca por qualificação e aprimoramento educacional.

Em relação ao mercado de trabalho, 35 alunos não possuem emprego e 22 alunos trabalhavam no período diurno e alguns alegam enfrentar de 12 a 16 horas de trabalho diariamente. Diante dessa perspectiva, a autora observou que o ambiente escolar da EJA era frequentado por estudantes que tinham interrompido a escolarização por conta da necessidade de trabalhar e portanto, buscavam na EJA uma nova perspectiva de uma vida melhor. Dentro desse grupo, também foi percebido que 29 deles não residiam próximo a escola e alguns residiam em povoados, enquanto 28 deles moravam próximo a escola que fica no centro da cidade. Quanto ao ensino dos professores da EJA, 4 alunos não consideravam o ensino de alguns professores bom. Enquanto 53 consideravam um ensino bom, se enquadrando em uma média satisfatória (Sá, 2018).

Sobre evasão e frequência escolar, 14 alunos relataram se ausentar de algumas aulas em consequência da rotina de trabalho, os outros 43 alunos retrataram não faltar às aulas. Um dos professores entrevistados informou que o índice de evasão costuma atingir por volta de 80%, indo de encontro com as respostas dos estudantes. Apesar da flexibilidade ofertada pela EJA e exigência de frequência de 75%, é comum a ausência e frequência escolar em turmas da EJA por motivos de trabalho. Mostrando que essa é uma problemática que deve ser aprofundada na busca de alternativas que minimizem os impactos devido a essas faltas em sala de aula. (Sá, 2018).

Sá (2018), retratou seu período como professora contratada para a EJA no ano de 2014, na Escola Municipal de Educação Básica Elizeu Norberto, também localizada na cidade de Delmiro Gouveia-AL, que à noite atendia jovens e adultos da EJA. Além disso, ressaltou que na época não havia passado por nenhum curso preparatório para o ensino da modalidade EJA por uma equipe pedagógica da Secretaria de Educação do Município. Atuou em turmas de ensino fundamental de 6º a 9º ano, sem suporte no início por parte da Coordenação da instituição escolar para desenvolver uma boa metodologia. O que a fez lembrar que o papel do professor vai além do simples ensinar, fazendo referência às ideias de Freire.

Na experiência vivenciada por Silva (2020), em seu estágio e local de pesquisa, a escola Municipal de Educação Básica Professora Virgília Bezerra de Lima. No momento do desenvolvimento do trabalho, a autora retrata a escola que se encontrava inserida em uma realidade que no seu ponto de vista não diferia das demais da região, com dificuldades que imperam no município, relativamente pobre e sem estrutura social, econômica e política. O quadro de educadores era formado em sua maioria por graduados e por outros que buscavam a finalização da graduação e especialização. Ainda assim, afirma que esses educadores possuem dificuldades em atender as demandas pedagógicas que precisam ser trabalhadas.

A unidade escolar de acordo com Silva (2020) estava vivendo sérios entraves que acabavam por limitar suas atividades, em caráter físico, administrativo e pedagógico. Traduzindo os problemas, a autora descreve sobre a inexistência de refeitório, espaço para reuniões, falta de área de recreação e de quadra coberta, o que não permite aos estudantes o desenvolvimento de atividades recreativas e físicas motoras e esportivas. Contudo, foi implementada uma gestão democrática na escola no corrente ano, abrindo espaço para a escolha de uma nova gestão que representaria a escola pelos próximos dois anos e visando na construção de um Currículo e de um Projeto Político Pedagógico para instituição, com objetivo de contemplar suas necessidades e dos seus educandos.

Quanto aos professores, apresentavam uma harmoniosa troca de conhecimentos e saberes no ambiente de trabalho, auxiliando uns aos outros, desenvolvendo trabalhos coletivos e integrativos que tinham por objetivo em comum a aprendizagem dos alunos, tornando o ambiente acolhedor e respeitoso. Entretanto, foi percebido que o clima de cordialidade entre professores e alunos acabam ultrapassando alguns limites, o que fazia os alunos muitas vezes não enxergar a posição hierárquica entre professor e aluno, onde o professor deixa de ser parceiro de trocas para ser tratado com coleguismo, contribuindo para que os mesmos não fossem levados a sério pelos estudantes, causando situações desrespeitosas e conflituosas (Silva, 2020).

A autora explica que a escola tinha seu PPP, definindo suas estratégias e regimes, porém não se encontravam atualizados com os últimos documentos nacionais, mas foi lhe informado que o mesmo seria atualizado no ano de 2019. Sobre a organização escolar, um planejamento era formulado semanalmente pelos professores, que discutia sobre os conteúdos que pretendiam trabalhar na semana, com o acompanhamento dos coordenadores. Tal situação propiciou a concretização da proposta desenvolvida pela autora, que participava da aplicação de atividades pedagógicas voltadas para o EJA. Algumas das atividades desenvolvidas precisaram ser refeitas para atender a necessidade da turma, tornando a proposta flexível e

adaptável com o planejamento da professora regente. A turma era bastante diversificada, e possuía alunos que tinham dificuldades na leitura e outros que já a dominavam bem (Silva, 2018).

Segundo a autora, foram trabalhados princípios que partem do entendimento da necessidade da interdisciplinaridade, da função social da escola, a ênfase em reconhecimento da identidade e individualidade de cada educando, com o intuito de trazer interação e respeito para sala de aula. Foi trabalhado a partir de textos que retratavam as realidades dos estudantes, além de músicas, receitas, poemas, e outros recursos que estimulam a identificação e interesse. A disciplina que apresentou mais dificuldade de trabalhar foi a matemática:

[...] pois os alunos sentiam uma grande dificuldade, sempre colocavam dificuldade, e queriam sempre responder as atividades pelo do seu colega. Quando eram questionados como chegou a tal resultado o mesmo não sabiam. Porém diante da prática fiz levantamento os alunos a se questionarem sobre o tema proposto, pois a interpretação é muito importante na vida. Entendendo esse contexto da escola e das aulas após as observações foi colocado em a prática e pensado o que poderia ser trabalhado com os alunos, De forma contribuir para o ensino e aprendizagem dos mesmos. (Silva, 2020, p. 40).

O projeto com planos de aulas desenvolvido pela autora para turma da EJA, contou com seis aulas ministradas em setembro de 2019, nas disciplinas de português, matemática, língua portuguesa, geografia e história, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 3: Plano de aula proposto para turma EJA da escola Virgília Bezerra de Lima em 2019.

1	TURMA: 1º e 2º ano - EJA DISCIPLINA: PORTUGUÊS CONTEÚDO: RELATOS DE VIDA	OBJETIVOS: Relatos de vida Ressaltar a identidade individual e incentivar o respeito as diferenças Ampliar os conhecimentos sobre a própria história	METODOLOGIA: No primeiro momento houve a apresentação de um relato de cada um que estavam em sala onde todos participaram fazendo o seu relato de vida, o porquê da sua desistência na escola e porque o retornou, em seguida foi feito a leitura de um texto de Paulo Freire com o tema método Paulo Freire após a leitura foi feito alguns questionamento do que eles acharam e todos responderam que foi muito legal a forma que o autor usou para alfabetiza os jovens e adultos e ficaram todos muito encantado com a abordagem do texto. No segundo momento foi desenvolvida uma atividade para que todos respondesse retirando as palavras mais importante do texto. AVALIAÇÃO: A avaliação dos alunos se deu pela participação das respostas orais, pelo entendimento do conteúdo e produção de texto.
2	TURMAS: 1º e 2º ano - EJA DISCIPLINA: MATEMÁTICA E PORTUGUÊS CONTEÚDO: RECEITA CULINÁRIA	OBJETIVOS: Oportunizar ao aluno o conhecimento do gênero textual receita culinária através da leitura, observação da organização do texto. Conhecer a estrutura de um texto - receita. Compreender as funções de cada estrutura da receita; ingredientes e modo de fazer. Desenvolver a	METODOLOGIA: No primeiro momento da aula copieie o texto da receita no quadro para que todos copiassem no seu caderno, em seguida pedir para que todos fizessem a leitura coletiva da receita para que todos pudessem entender que a receita trabalha não só a leitura e a escrita, mas também a matemática, após a leitura copieie uma atividade envolvendo as 4 operações para que eles copiassem no caderno. E no segundo momento ajudei a responder pois todos ainda tem muita dificuldade no domínio das 4 operações matemática. AVALIAÇÃO: Foi de forma observado vendo o desenvolvimento e a expressão de cada um dos alunos

		leitura, a oralidade, observação	
3	TURMAS: 1º E 2º ANO - EJA DISCIPLINA: MATEMÁTICA E PORTUGUÊS (CONTINUAÇÃO)	Os mesmos objetivos da aula anterior	Foi dado Continuação a aula anterior, fazendo os cálculos da receita culinária onde foi trabalhada as 4 operações, foi desenvolvida uma atividade trabalhando adição, subtração, multiplicação e divisão no qual os alunos têm muita dificuldade principalmente na de divisão pois é pouco trabalhada nas aula de matemática por conta da dificuldade nas outra operações e não conseguem domina sozinho essas operações matemática.
4	TURMAS: 1º E 2º ANO - EJA DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA E GEOGRAFIA CONTEÚDO: AS PROFISSÕES	OBJETIVOS: Identificar as profissões; existentes no ambiente familiar e escolar; Apresentar o que é trabalho formal e informal.	METODOLOGIA: No primeiro momento, foi abordado algumas profissões, as comuns do dia a dia e quais são as funções de cada uma. Em seguida, escrevi no quadro um texto para os alunos escreverem no caderno. Depois fiz a leitura com eles, e no terceiro momento, entreguei para os alunos um caça-palavras sobre as profissões para que eles destaquem as palavras que estavam escrita no texto. AVALIAÇÃO: Foi avaliado se conseguiram compreender sobre as profissões existentes; encontro das palavras no caça palavras.
5	TURMAS: 1º E 2º ANO - EJA DISCIPLINA: HISTÓRIA E GEOGRAFIA CONTEÚDO: PAISAGEM; MUDANÇAS NA MINHA CIDADE.	OBJETIVOS: Conhecer um pouco da cidade de Delmiro Gouveia; Compreender o que é paisagem; Entender que a paisagem não é estática, mas dinâmica, e que varia segundo o fenômeno da natureza.	METODOLOGIA: No primeiro momento, falei sobre o conceito de paisagens, foi feito levantamento sobre os conhecimentos prévios dos alunos acerca do assunto. Após, foi apresentado algumas imagens da cidade de Delmiro Gouveia antiga e atual, para que os alunos fizessem uma análise das mudanças ocorridas. Entendendo que a paisagem muda de acordo com o progresso. Depois da análise das fotografias, dividir a sala em grupos, para que cada grupo pudesse confeccionar um cartaz com fotografias antigas da cidade de Delmiro Gouveia e o outro grupo um cartaz com as fotos atuais. No final, foi feito a leitura compartilhada de um pequeno texto sobre Delmiro Gouveia. AVALIAÇÃO: Foi avaliado se os alunos conseguiram entender o que é paisagem; se identificaram as mudanças ocorridas na cidade; e pela construção de cartaz por meio da análise das fotografias.
6	TURMAS: 1º E 2º ANO - EJA DISCIPLINA: MATEMÁTICA CONTEÚDO: JOGO DA MEMÓRIA	OBJETIVOS: Realizar operações de adição e/ou subtração. Estimular o cálculo mental. Estimular a interação uns com outros.	METODOLOGIA: A sala foi dividida em 2 equipes em seguida foi feito uma explicação de como seria a regra do jogo e que venceria a equipe que conseguir o maior número de pares. Todas as cartas são distribuídas entre as equipes, que devem mantê-las num monte à sua frente viradas para baixo. Um jogador de cada equipe, na sua vez, deve virar a carta de cima do seu monte e tentar um par cujo total seja igual a primeira com alguma das cartas da mesa (40 cartas, colocadas lá antes de o primeiro jogar). AVALIAÇÃO: Ocorreu por meio da observação, participação na atividade identificando o nível de conhecimento dos alunos em resolver os cálculos matemáticos. Foram avaliados se os alunos conseguiram compreender a ideia central do jogo; e por meio a escrita da atividade no caderno, e do desenvolvimento de cada um.
7	TURMAS: 1º E 2º ANO - EJA DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA CONTEÚDO: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE CORDEL.	OBJETIVOS: Conhecer a literatura de cordel. Entender a sua importância para a leitura brasileira. Ler em sala de aula, e estimular o interesse por esse tipo de leitura. ■ Interpretar e entender as histórias de cordel.	METODOLOGIA: Compartilhar com os estudantes as informações reunidas sobre a literatura de cordel. Informa-los que eles irão conhecer um dos maiores clássicos do gênero textuais mais vendido de todos os tempos. Foi exposto na sala alguns exemplos originais, para que todos tivesse acesso a essas ilustrações, foi explicado que muitas obras de cordel estão disponíveis na internet e que foi de lá que saiu o texto. AVALIAÇÃO: Foi verificado se os alunos conseguiram interpretar adequadamente o cordel e analisado o compromisso deles com a preparação da leitura.
8	TURMAS: 1º E 2º ANO - EJA DISCIPLINA: CIÊNCIA CONTEÚDO: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	Sem objetivos	METODOLOGIA: A aula foi iniciada com a leitura do texto, após a leitura foi feito pergunta de como devemos nos alimentar no nosso dia a dia, porem todos deram a sua resposta onde cada um falaram de forma diferente expressando a sua opinião, em seguida pedir para que todos se juntassem para a construção de uma pirâmide alimentar onde ali iremos colocar alguns alimentos importante para nossa saúde

Fonte: autoria própria, adaptado de Silva (2020, p. 41-48).

A partir dos planos de aulas, é possível perceber a forma amistosa nas quais os conteúdos são trabalhados na sala de aula. É um ponto muito importante, visto que a interdisciplinaridade com a mesclagem de modelos avaliativos se faz presente nos processos metodológicos. Na primeira aula, onde foram trazidos relatos de vida, remete a importância da história de cada indivíduo. Compreender a forma a qual eles enxergam a vida, é primordial para entender sob qual ótica percebem o espaço escolar, qual o nível de entrega nas atividades e a partir disso nortear os professores em suas práticas.

Considerando a importância de contextualizar, nota-se que esse foi um recurso muito bem utilizado nos planos. O trabalho de duas disciplinas a partir de uma receita culinária, por exemplo, condiciona o estudante a pensar na aprendizagem associada a situações e objetos do cotidiano. Além disso, voltando ao aspecto junção de conteúdos, a transdisciplinaridade estabelecida, visto que em um determinado gênero textual utilizaram a matemática, tirou a limitação de determinar textos apenas para trabalhar a língua portuguesa.

A transdisciplinaridade estabelecida nos planos permitem que o conteúdo seja abordado dentro de contextos reais e significativos para os alunos. Em vez de estudar matérias isoladamente, os alunos exploram temas que têm relevância prática e imediata. Para os alunos da EJA, desenvolver habilidades críticas e criativas pode ser especialmente útil na resolução de problemas do cotidiano e na tomada de decisões informadas. Isso pode ter um impacto positivo em sua vida pessoal e profissional.

Na aula em que se propôs a literatura do cordel, foi explanada uma forma de literatura popular brasileira muito enriquecedora para os alunos, visto que proporciona uma compreensão das tradições culturais e a prática de habilidades literárias. No entanto, poderia ser melhor explorado caso desdobrado em sub objetivos, como identificar a estrutura do cordel, compreender seu contexto histórico e cultural, e apreciar suas características linguísticas e estéticas.

A partir disso, é perceptível que as disciplinas são trabalhadas em vários segmentos, se tornando compatível com uma prática pedagógica que abarca a modalidade.

Ao analisar os dados coletados sobre a EJA em Delmiro Gouveia, realizado pelos autores supracitados acima, podemos observar através das situações vividas e expostas, que todo o processo de ensino e aprendizagem para jovens e adultos se permeia diante unidades escolares que apresentam dificuldades em sua estrutura organizacional e pedagógica.

O trabalho docente em salas de aula da EJA também é observado, o qual ainda há necessidade de melhorias, a exemplo do que os educadores podem fazer dentro do âmbito escolar, bem como selecionar métodos que contemplem a realidade do alunado, perfil e anseios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do que foi apresentado neste trabalho, compreende-se que é nessa esfera que a ideia da EJA acena como um produto interventor, uma vez que alcança as camadas populares na busca de torná-las parte do meio social. Contudo, alguns questionamentos continuam sendo pertinentes ao analisar a continuidade dos resultados depreciativos. Diante de todos os respaldos históricos, legislativos e teóricos, ainda ficou em aberto como tem se constituído as práticas educativas na modalidade dentro do Município de Delmiro Gouveia – AL.

Dessa forma, o trabalho atingiu parcialmente seus objetivos, pois apesar da longa análise dos conteúdos selecionados que apresentaram vastos conteúdos, ainda assim não contemplam todo o corpo educacional de Delmiro Gouveia. Contudo, o detalhamento exposto pelos autores consegue expor necessidades que precisam ser atendidas, dificuldades que necessitam de resoluções práticas cotidianas, documentais, políticas e de formação dos professores.

Tal escassez também serve de alerta para a modalidade EJA na região, que demonstra a necessidade de ser vista e deve ser reconhecida sua importância pela comunidade civil, acadêmica e profissional. Portanto, propõe-se aos acadêmicos que buscam a carreira de educador, o aprofundamento da pesquisa por meio de estudos de caso e de campo para ampliar o enriquecimento acadêmico e profissional, além de contribuir com o desenvolvimento de novos planos locais e criação de possíveis novos documentos que viabilizem políticas públicas capazes de atender ao público de almeja retomar os estudos.

No todo, a análise conseguiu verificar que os agentes integrantes da modalidade EJA, apesar de todos os empecilhos, conseguem fazer diferença na vida dos indivíduos participantes, trazendo esperança, realizações, novos desejos, melhora na autoestima, não apenas dos alunos, mas também dos professores, o que fortalece os princípios idealizados por Freire pautados na liberdade e na troca de saberes e conhecimentos, através de um ensino e aprendizagem mais significativos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Este estudo destacou a importância da EJA na ressignificação das trajetórias educacionais, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que os desafios enfrentados pela EJA, como a evasão escolar e a falta de recursos, exigem uma abordagem pedagógica inovadora e adaptada às necessidades dos alunos. A implementação de planos de aula eficazes e contextualizados é crucial para engajar os estudantes e garantir um ensino significativo.

Não obstante, a história da EJA no Brasil revela conquistas importantes e a necessidade contínua de políticas públicas que apoiem essa modalidade de ensino. Investir na formação dos educadores e em metodologias que valorizem a experiência dos alunos é essencial para o sucesso da EJA.

Concluindo, a EJA não é apenas uma oportunidade de retomada dos estudos, mas um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Espera-se que este trabalho contribua para uma maior valorização dessa modalidade educacional, promovendo discussões e ações concretas para seu fortalecimento.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS GOV, Em Delmiro Gouveia, Governo de Alagoas investe R\$ 11 milhões em educação e impulsiona energia renovável. 2023. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/em-delmiro-gouveia-governo-de-alagoas-investe-11-milhoes-em-educacao-e-impulsiona-energia-renovavel>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALAGOAS GOVERNO. Governo de Alagoas vence Prêmio Darcy Ribeiro de Educação. 2023. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-de-alagoas-vence-premio-darcy-ribeiro-de-educacao>. Acesso em 14 nov. 2023.

ALAGOAS GOVERNO. Rede estadual teve crescimento de matrículas na EJA, ensino integral e educação especial. 2023. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/rede-estadual-teve-crescimento-de-matriculas-na-eja-ensino-integral-e-educacao-especial>. Acesso em 14 nov. 2023.

ALAGOAS, Resolução N° 18/2002, de 21 de mai. de 2002. EMENTA. Regulamenta a Educação de Jovens e Adultos no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Alagoas e dá outras providências. Maceió, AL, maio. 2002.

ALAGOAS. Lei 7.795, de 22 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação e da outras providências. Plano Estadual de Educação (2015-2025), 2015.

ALAGOAS. LEI N° 7.795, DE 22 DE JANEIRO DE 2016. APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – PEE. Disponível em: https://sapl.al.al.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/1182/1182_texto_integral.pdf. Acesso em 19 nov. 2023.

ALAGOAS. Plano Estadual de Educação (PEE 1998-2007), 1998.

ALAGOAS. Plano Estadual de Educação (PEE 2005-2015), 2006.

ALAGOAS. Plano Estadual de Educação (PEE 2015-2025), 2015. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjE8P64vbODAxXmO7kGHXYMCQYQFnoECAwQAQ&url=http%3A%2F%2Fcee.al.gov.br%2Fdocumentos%2Fcategory%2F126-regimento-e-decreto-cee-al%3Fdownload%3D148%3Aplano-estadual-de-educacao-2015-2025&usg=AOvVawluRo9_Dlo3cp6oWw44tRoK&opi=89978449. Acesso em 14 nov. 2023.

ALAGOAS. Plano Estadual de Educação (PEE) 2006-2015. Aprovado em 2005. Lei n. 6.757, de agosto de 2006.

ALAGOAS. Plano Estadual de Educação (PEE) 2006-2015. Aprovado em 2005. Lei n. 6.757, de agosto de 2006.

ALAGOAS. Plano Estadual de Educação 2015-2025. Maceió: Secretaria Estadual de Educação, 2015.

ALAGOAS. Plano Estadual de Educação 2016-2026. Maceió: Secretaria Estadual de Educação, 2016.

ALAGOAS. Plano Plurianual – 1996 -1999, 1996.

ALAGOAS. Proposta pedagógica da educação de jovens e adultos, SEE-AL, 2003.

ALAGOAS. RESOLUÇÃO CEE/AL N° 18/2002-CEE. Disponível em: <http://forumeja.org.br/al/node/15>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ALAGOAS. RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 04/2020 INSTITUI O PLANO DE FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO TCE/AL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://www.tceal.tc.br/view/documentos/doc13032021205852000000604d278c5db70.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ALVES, F. G. VOSS, L. F. GARRIDI, M. S. Delmiro Gouveia, a escola e o ensino obrigatório de música. Dossiê temático. Revista brasileira de música, v. 34, n. 1, jan.–dez. 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/369630043_Delmiro_Gouveia_a_escola_e_o_ensino_obrigatorio_de_musica/link/64258c3892cfd54f843d9c6b/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmXPY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmXPY2F0aW9uIn19. Acesso em 23 nov. 2023.

ALVES, Francielle Gomes et al. Delmiro Gouveia, a escola e o ensino obrigatório de música. 2021.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: Soares, L.; Giovanetti, M. A.; Gomes, N. L. (Orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 4. ed., 296p.

AZEVEDO, J. de A. PLANEJAMENTO, PARTICIPAÇÃO E MONITORAMENTO: Análise do Plano Estadual de Educação de Alagoas. 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9116/1/Planejamento%2C%20participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20monitoramento%20-%20an%C3%A1lise%20do%20Plano%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alagoas.pdf>. Acesso 21 nov. 2023.

BEISEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular. 2ª. Ed. São Paulo, Ática, 1989.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

BERTOLEZA, Maria José. Evasão escolar da EJA (Educação de Jovens e Adultos): um estudo de caso na Escola Municipal de Educação Básica, Pariconha – AL. 2020. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

BONIN, Julia. Educação popular além das fronteiras: legado de Paulo Freire no exterior. 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/educacao-popular-alem-das-fronteiras-legado-de-paulo-freire-no-exterior/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BORGES, Hebert. Alagoas tem 5ª maior taxa de evasão escolar de adolescentes do Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/geral/alagoas-tem-5-maior-taxa-de-evacao-escolar-de-adolescentes-do-brasil/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil. Brasília, 2016.

BRASIL. Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Ministério da Educação/SECAD, 2008.

BRASIL. Conferências Nacionais de Educação Básica (Documento final). Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em:

BRASIL. Currículo de Pernambuco 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/RCSEEPE.pdf>. Acesso em 20 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5840 de 13 de julho de 2006. Cria o Programa Nacional de Integração da Educação Básica Profissional com a Educação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA). Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 15 nov 2018.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 nov 2018.

BRASIL. Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.494/2007, sancionada em: 20 de jun. 2007. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- (FUNDEB). Brasília: Ministério da Educação, Presidência da República, Casa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.inep/mec.br>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação e da outras providências. Plano Nacional de Educação (2014-2024), 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em:

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília, DF: MEC/ INEP, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Interministerial Nº 221 de 10 de março de 2009. Brasília, DF: MEC/FNDE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Alunas e alunos da EJA. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

BRASIL. Parecer nº11/2000, aprovado em: 10 mai. 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <http://WWW.publicações.inep.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Resolução nº 1/2000, aprovada em: 5 de jul. 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2000.

BRASIL. RESOLUÇÃO No. 01/2021 DE 25 DE MAIO DE 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf. Acesso em 23 nov. 2023

CADERNO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS. 2023. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/caderno-modalidades.pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

CANDAU, Vera Maria. Escola, didática e interculturalidade: desafios atuais. In: LIBANEO José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa (Org.). Didática e escola em uma sociedade complexa. Goiânia: CEPED, 2012.

CAVALCANTE, V. C. (DES)INVISIBILIZANDO OS CURRÍCULOS DA EJA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MACEIÓ. 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2417/1/%28Des%29invisibilizando%20os%20curr%C3%ADcul>

os%20da%20EJA%20em%20escolas%20p%C3%BAblicas%20de%20Macei%C3%B3.pdf. Acesso em 12 nov. 2023.

CERATTI, M. R. N. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_marcia_rodrigues_neves_ceratti.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CIPRIANO, Alessandra Martins Constantino. O Planejamento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Entre a Complexidade das Novas Formas de Regulação no Limiar do Século XXI. Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrado em Educação. 159f. Vitória: 2014.

CORRÊA RUIVO, G. F. A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO AMBIENTE HOSPITALAR. 2018. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/a-pratica-pedagogica-no-ambiente-hospitalar.pdf>. Acesso em: 22 de mar. 2024.

CORREIA, Telma de Barros. Delmiro Gouveia: A Trajetória de um Industrial no Início do Século XX., 2007. Departamento de Arquitetura e Planejamento (SAP), Escola de Engenharia de São Carlos, USP. Disponível em: www.usp.br/pioneiros/n/arqs/tCorreia_dGouveia.doc. Acesso em 15 nov. 2023.

COSTA, João Craveiro (1871-1934). Instrução pública e instituições culturais de Alagoas e outros ensaios. Coordenação editorial, apresentação de notas e biobibliografia por Elcio de Gusmão Verçosa e Maria das Graças de Loiola Madeira. Maceió: EDUFAL, 2011

CURY, Carlos Roberto Jamil. Parecer CEB 11/2000. In: SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro, 2002.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, Set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2023.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2001.

FAEJA- Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adultos. 2021. Disponível em: <http://forumeja.org.br/al/node/84>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FARIAS, A. F. PERBONI, F. a importância dos conceitos Freirianos para a compreensão de suas propostas de alfabetização de adultos. tabagismo 2008. Rio de Janeiro, 2009.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (Org.). Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (orgs.) Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FEITOSA, C. S. o método Paulo Freire. 1999. Disponível em: https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/O_Mtodo_Paulo_Freire-1.pdf. acesso em 21 nov. 2023.

FEITOZA, Sabryna da Silva Alves. Educação de jovens e adultos EJA - da universidade à escola: uma análise do município de Delmiro Gouveia – AL. 2019. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

FEITOZA, Sabryna da Silva Alves. Educação de jovens e adultos EJA - da universidade à escola: uma análise do município de Delmiro Gouveia – AL. 2019. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

FÉLIX, Sebastião Chaves et al. A arte de ensinar História: uma análise sobre a experiência do estágio supervisionado IV em turmas do EJA na Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva. 2019.

FÉLIX, Sebastião Chaves. A arte de ensinar História: uma análise sobre a experiência do estágio supervisionado IV em turmas do EJA na Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva. 2020. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

FEPESP - Federação dos Professores do Estado de São Paulo. Os 60 anos do método Paulo Freire. 2023. Disponível em: <http://fepesp.org.br/noticia/os-60-anos-do-metodo-paulo-freire/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FERREIRA, Daisy de Carvalho. Minha pretensão ao elaborar este Caderno Temático sobre a EJA. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/pde/arquivos/1711-6.pdf>. Acesso 14 abr. 2023.

FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Paulo Freire: uma história de vida. 2ª edição: Paz e Terra, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zd51DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT15&dq=paulo+freire&ots=84YuihvqrB&sig=wzNTryD2NCqnLTyCiCL8Duih-vM#v=onepage&q=paulo%20freire&f=false>. Acesso em 03 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. A educação como prática da liberdade. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O Mundo, Hoje, v.10).

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. Estudos Avançados [online]. 2001, v. 15, n. 42, pp. 259-268. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200013>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Educação de adultos hoje – algumas reflexões. In: Política e educação. Indaiatuba: Villa das Letras, 2007. 8. ed. revisada e ampliada, 121p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Compromisso - América latina e Educação Popular, 2008

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Bruno Ribeiro de et al. O ensino-aprendizagem de Geografia no ensino de jovens e adultos-EJA: um olhar a partir da Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão e Silva, em Delmiro Gouveia/AL. 2018.

FREITAS, Bruno Ribeiro de. O ensino-aprendizagem de Geografia no Ensino de Jovens e Adultos – EJA : um olhar a partir da Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão e Silva, em Delmiro Gouveia / AL. 2018. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Unidade Delmiro Gouveia, Curso de Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.

FREITAS, M. L. de Q.; DA SILVA, J. C. TRILHAS DA HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ALAGOAS. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 15, n. 33, p. 255-277, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i33.5286. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5286>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FREITAS, Marinai de Lima de Queiroz; MOURA, Tânia Maria de Melo. A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das ações e concepções em âmbito governamental (1960-1980). In: GRACINDO, Regina Vinhaes et al. (Org.). *Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio educacionais*. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

FUKS, Rebeca. Quem foi Paulo Freire e porque a sua pedagogia foi tão importante. 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/quem_foi_paulo_freire_pedagogia/. Acesso em: 14 nov. 2023.

GUERRERO, Miguel Escobar. As quatro etapas e Paulo Freire nas suas cinco pedagogias: do oprimido, da esperança, da autonomia, da indignação e da tolerância. *EccoS – Revista Científica*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 199–220, 2008. DOI: 10.5585/eccos.v9i1.495. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/495>. Acesso em: 23 nov. 2023.

GUIMARÃES, V, Q. D. PEREIRA, W. F. RIBEIRO, F. V. a importância das práticas pedagógicas na modalidade da EJA. 2023. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230513051.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

HADDAD, S. SIQUEIRA, F. analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf* | ISSN: 2446-8576 / e-ISSN: 2446-8584 Vitória, ES | v. 1 | n. 2 | p. 88-110 | jul./dez. 2015.

HADDAD, Sérgio. O educador: um perfil de Paulo Freire. 2019. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/educador-perfil-Paulo-Freire-ebook/>. Acesso em 10 nov. 2023.

HADDAD, Sérgio. Por uma nova cultura de Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. In: HADDAD, S. (Coord.). *Novos caminhos em educação de jovens e adultos –EJA*. São Paulo: Global, 2007. 5. ed., 254p. HADDAD, Sérgio; ABBONÍZIO, Aline Cristina de Oliveira. Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do município de São Paulo (2001-2004). In: HADDAD, S. (Coord.). *Novos caminhos em educação de jovens e adultos –EJA*. São Paulo: Global, 2007. 5. ed., 254p.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 14, p. 108-130, Mai, jun, julh, Ago, 2000.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da educação para todos. São Paulo: Ação Educativa; São Paulo em Perspectiva, vol.14, n.1, p.29-40, mar. 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1797>. Acesso em: 11 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: educação 20

IBGE. Alagoas. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/.html?> Acesso em 19 nov. 2023.

IBGE. Delmiro Gouveia (AL). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro. 1957. v. 19. p. 44-47. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_19.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

IBGE. Delmiro Gouveia. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/pesquisa/40/78192?tipo=ranking>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IBGE. Estimativa da população 2018. Cidade de Delmiro Gouveia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2023.

IBGE. População no último censo de 2022, em Delmiro Gouveia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica 2020. Brasília: O Instituto, 2021.

IVAN, José. Educação Pública Municipal em Delmiro Gouveia: entre expectativas, perspectivas e percalços, a necessidade de priorizar metas com garantias de aprendizagem e qualidade. 2023. Disponível em: <https://loja.editoradialetica.com/humanidades/educacao-publica-municipal-em-delmiro-gouveia-entre-expectativas-perspectivas-e-percalcos-a-necessidade-de-priorizar-metas-com-gantias-de-apre>. Acesso em: 20 nov. 2023.

JULIÃO, E. F. BEIRAL, H. J. V. FERRARI, M. G. AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ATUALIDADE COMO DESDOBRAMENTO DA CONSTITUIÇÃO E DA LDB. Unisul, Tubarão, v.11, n.19, p.40-57, Jan/Jun2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/4725/3145>. Acesso em: 21 nov. 2023.

JÚNIOR, Roberson Leite Silva. Avaliação do Programa de Educação de Jovens e Adultos em Alagoas no período de 2001 a 2011. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado Profissional em Gestão Pública. 117f. Recife: PE, 2013.

LAGE, N. L. *Delmiro Gouveia: Seu Crime Foi Plantar a Fatura no Sertão*. In: Nilson Lemos Lage. (Org.). Os enigmas de nossa História. 1a. ed. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1981, v. 5º., p. 7-52.

Lei nº 13.273, de 05 de julho de 2007, que estabelece normas voltadas para a Lei de Responsabilidade Educacional e suas alterações (Lei nº 15.362, de 02 de setembro de 2014 e Lei nº 16.853, de 3 de abril de 2020); e considerando o compromisso com a transparência e ética do Governo do Estado de Pernambuco para com a sociedade, apresenta-se à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco o Relatório Anual dos Indicadores Educacionais referente ao ano de 2021. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/relatorio-educacao-PE-2022.pdf>. acesso em 14 abr. 2023.

Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, aprova o Plano Estadual de Educação do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=15533&complemento=0&ano=2015&tipo=0>. Acesso em 18 abr. 2023.

LEI Nº 8.470, DE 16 DE JULHO DE 2021. INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA 10 – VEM QUE DÁTEMPO, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DO ESTADO DE ALAGOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 2021. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.al.gov.br/storage/files/diary/2021/07/DOEAL-2021-07-19-COMPLETO-O3y29jtJcBOQOFgoEZXzfe4Jr88qeGGEGKYUm7ybITAOLyesZWgyG.pdf>. acesso em 21 nov. 2023.

LIMA, Maria Zilma de. A importância da ludicidade para o estímulo e desenvolvimento da aprendizagem em uma escola no Sinimbu – Delmiro Gouveia. 2021. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2020.

LIRA, Iolita Marques de. Da cópia à criação no curso Técnico em Artesanato do IFAL: experiências na Educação Profissional de Jovens e Adultos. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

LOPES VITOR, S. K.; DE MIRANDA JUNIOR, H. Ângelo; SILVA, V. M.; PAZ DO NASCIMENTO, J. V.; DE OLIVEIRA NETTO, A. P. ACE 4 PROJETO: BIORREMEDIAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA DESTINAÇÃO FINAL DE ESGOTOS DOMÉSTICOS. REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE, [S. l.], v. 11, n. 10, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/14569>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MURPHY, Catherine FEPESP - Federação dos Professores do Estado de São Paulo. Os 60 anos do método Paulo Freire. 2023. Disponível em: <http://fepesp.org.br/noticia/os-60-anos-do-metodo-paulo-freire/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; CAVALCANTE, Valéria Campos. O currículo da EJA no Brasil. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz (Orgs). Educação continuada, currículo e práticas culturais. Rio de Janeiro: DP et alli, 2016.

OLIVEIRA, M. C. da C. FONSÊCA, M. S. ROMANOWSKI, O. J. P. Uso de metodologias ativas na EJA: A gincana como recurso pedagógico. 2022. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID10835_TB3490_04122022183433.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

OLIVEIRA, Raiane Firmino et al. Poesia e xilogravura de J. Borges: representação da religiosidade no espaço sertanejo. 2022.

OLIVEIRA, Raine Firmino. Poesia e xilogravura de J. Borges: representação da religiosidade no espaço sertanejo. 2022. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien: Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos. Hamburgo: V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos- (V CONFINTEA), 1997. Disponível em: <<http://WWW.cidadedoconhecimento.org.br>> Acesso em: 07 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Educação Para Todos: Atingindo nossos Compromissos Coletivos. Dakar: Cúpula Mundial de Educação, 2000. 2007. Disponível em: [http:// WWW.unesco.cl/biblioteca/documentos/ept](http://WWW.unesco.cl/biblioteca/documentos/ept). Acesso em: 17 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO SEMESTRAL DA EJA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS. 2018. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/11118070/>. Aceso em 12 nov. 2023.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES. PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI). 2018. Disponível em: <https://www.ecowd.inf.br/cms/img/updocs/www.projetoemedpnud.org/Ejai.pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. Edições Loyola, São Paulo, 1987.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973

PAVEZI, Marilza; MATIAS, Thiago Trindade. Política de Educação Especial no contexto da educação pública do estado de Alagoas e do Município de Delmiro Gouveia: uma análise inicial. JORNADA HISTEDBR, v. 12, p. 432-444, 2014.

PEDROSO, Sandra Gramilich. Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos. In: I Congresso Internacional da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa. EDITORA UNIVERSITARIA UFPB, 2010. Disponível em: <http://www.catedraunesco.org>. Acesso em: 13 nov. 2023.

PEDROSO, Sandra Gramilich. Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos. In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA. João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010. Disponível em: <http://www.catedraunesco.org/GT05/COM/COM019.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PEIXOTO, Maria Liciane. Dialogando com o livro didático de geografia: uma análise das imagens acerca do sertão nordestino para o ensino fundamental. 2020. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2020.

PEREIRA, E. A; MARTINS, J. R.; ALVES, V. S.; DELGADO, E. I. A contribuição de John Dewey para a Educação. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.3, no. 1, p. 154-161, mai. 2009. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/38/37>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Edições da Câmara, 2014.

PNAD Contínua. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PNE - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PNE: Municípios firmam pacto para entrega dos planos de educação. 2015. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/noticias/98-pne-municipios-firmam-pacto-para-entrega-dos-planos-de-educacao>. Acesso em 23 nov. 2023.

QEDu. Delmiro Gouveia. IDEB. 2022. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2702405-delmiro-gouveia>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. A Educação da Classe Trabalhadora e o PNE (2014-2024). *Holos*, Vol. 6, p. 3-21, 2016.

RIBEIRO, Yasmin Silva. A importância das atividades lúdicas como apoio ao desenvolvimento de uma mentalidade cartográfica para o ensino fundamental. 2019. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

SÁ, Zulmira Cordeiro Cintra de. As contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos: estudo de caso na Escola Municipal de Educação Básica Governador Afrânio Salgado Lajes, em Delmiro Gouveia - AL. 2019. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.

SÁ, Zulmira Cordeiro Cintra de. As contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos: estudo de caso na Escola Municipal de Educação Básica Governador Afrânio Salgado Lajes, em Delmiro Gouveia - AL. 2019. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.

SAMPAIO, Marisa N. DOSSIÊ TEMÁTICO Educação de pessoas jovens, adultas e idosas. *EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA HISTÓRIA DE COMPLEXIDADE E TENSÕES*. 2020. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos.pdf>.

SANTOS, Adriana Cavalcanti dos; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. Formação inicial e continuada do professor da EJA: práticas e saberes gerados entre universidade -escola. n. 17, 2016.

SANTOS, Ana Luisa Tenório dos. SILVA, Francisco Tenório da. Apontamentos sobre a Educação de Jovens e Adultos no Plano de Nacional de Educação em Alagoas. ISSN: 1981 – 3031. VI Semana Internacional de Pedagogia – SIP. II ENEEPAL – ISEPAL. UFAL – MaceióAL – Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/sip2018/trabalho/81229>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, Claudiane Gomes dos et al. Leitura: cenário desafiador na educação de jovens e adultos em Delmiro Gouveia-AL. 2020.

SANTOS, Claudiane Gomes dos. Leitura: cenário desafiador na educação de jovens e adultos em Delmiro Gouveia – AL. 2020. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

SANTOS, Denise Dias dos; ALMEIDA, Natália Frizzo de. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COMO POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SP): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. *e-Mosaicos, [S. l.]*, v. 9, n. 22, p. 03–14, 2020. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.45110. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/45110>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SANTOS, Derlane Lima dos. Educação de jovens e adultos: uma reflexão acerca da (EJA) na formação. 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9500/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos%20uma%20reflex%C3%A3o%20acerca%20da%20EJA%29%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20cidade%20do%20aluno.pdf>. acesso em 12 abr. 2023.

SANTOS, Derlane Lima dos; ARAÚJO, Priscila Ranielle da. Educação de jovens e adultos: uma reflexão acerca da (EJA) na formação cidadã do aluno. 2022. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2022.

SANTOS, Jane Oliveira da Silva. O (Des)conforto térmico na sala de aula: dificuldades de aprendizagem. 2018. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação no Semiárido) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.

SANTOS, Luana da Silva. As questões indígenas e a escola: a presença da literatura indígena na sala de aula de língua portuguesa. 2021. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2021.

SEDUC. Resolução homologada pela PORTARIA/SEDUC N ° 096/2018. Publicada no DOE em 02/02/2018. RESOLUÇÃO N° 050/2017-CEE/AL Dispõe sobre a Regulamentação da Educação de Jovens e Adultos no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Alagoas e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-AL_RESOLUCaO_No_050_18_Regularizacao_d_e_Jovens_e_Adultos_no_ambito_do_Sistema_Estadual_de_Ensino_Alagoas.pdf. Acesso em 15 nov. 2023.

Silva Júnior, Roberson Leite. Avaliação do Programa de Educação de Jovens e Adultos em Alagoas no período de 2001 a 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17101>. Acesso em 15 abr. 2023.

SILVA Y. C. do N. MARINHO, A. de L. S. Ensino do sistema de escrita na EJA: Concepções e práticas docentes. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA101_ID6758_05112021151905.pdf. acesso em 14 nov. 2023.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. Construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, FRANCISCO TENÓRIO DA; SANTOS, ANA LUISA TENÓRIO DOS. Apontamentos sobre a Educação de Jovens e Adultos no Plano de Nacional de Educação em Alagoas. In: VI Semana Internacional de Pedagogia (VI SIP), do II Encontro Estadual de Educação em Prisões de Alagoas (II ENEEPAL) e do I Seminário de Educação em Prisões de Alagoas (I SEPAL) - Maceió, 2020. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/sip2018/trabalho/81229>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SILVA, J. S. da. SILVA, V. de O. SILVA, F. M. da S. metodologias ativas na educação de jovens e adultos: um estudo bibliográfico. 2021. Disponível em: <https://revistavox.metropolitana.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/15.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SILVA, Jaciara Aparecida Bezerra da et al. A educação não formal no MAC (Movimento de Adolescentes e Crianças) em Delmiro Gouveia-AL. 2020.

SILVA, Jailson Costa da. O Mobral no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SILVA, L. C. et al. Base nacional comum Curricular: Organização de rede municipais e professores de Educação Física em São Paulo. In: XXXI Congresso de iniciação científica, Presidente Prudente, ANAIS...São Paulo, 2019.

SILVA, Maria Silene Noia da et al. A escolarização de jovens e adultos: um estudo em uma escola pública. 2020.

SILVA, Maria Silene Noia da. A escolarização de jovens e adultos: um estudo em uma escola pública. 2020. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2020

SILVA, Thamylis Júlia Neves da. SILVA, Elane Silvino da. SILVA, Jandira Bezerra da. CAVALCANTE, Maria José Gomes. Educação de jovens e adultos: concepções e práticas de professores(as) da EJA e o desafio do ensino remoto. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA112_ID2334_29072021165559.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, Thiago Rocha da et al. Residência pedagógica: um olhar sobre o ensino da Geografia-vivências na Escola Municipal Governador Afrânio Salgado Lages-Delmiro Gouveia–Alagoas. 2022.

SILVA, Thiago Rocha da. Residência pedagógica: um olhar sobre o ensino da Geografia - vivências na Escola Municipal Governador Afrânio Salgado Lages - Delmiro Gouveia – Alagoas. 2022. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2022.

SILVA, W. A. da; MIRA, F. J. B. de. Condições de vida dos agricultores familiares quilombolas. GEOGRAFIA (Londrina), [S. l.], v. 31, n. 2, p. 129–149, 2022. DOI: 10.5433/2447-1747.2022v31n2p129. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/45529>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SOARES, Leôncio José Gomes Soares. A educação de jovens e adultos. Momentos históricos e desafios atuais. In: Presença pedagógica. v. 2, n. 11 set/out de 2001.

SOUZA, E. S. SANTOS, M. REIS, A. C. da S. GAMIFICAÇÃO NA EJA NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO COM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: O DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA ATIVA À CONSTITUIÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS. Disponível em: https://www.academia.edu/42768663/GAMIFICA%C3%87%C3%83O_NA_EJA_NO_CONTEXTO_SOCIOEDUCATIVO_COM_PRIVA%C3%87%C3%83O_DE_LIBERDADE_O_DESENVOLVIMENTO_DE_UMA_METODOLOGIA_ATIVA_%C3%80_CONSTITUI%C3%87%C3%83O_DE_PR%C3%81TICAS_PEDAG%C3%93GICAS_INOVADORAS. Acesso em 14 nov. 2023.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.